



Liberdade evolução urbana

J. Xaides de S. Alves

TRABALHO PARA A DISCIPLINA :

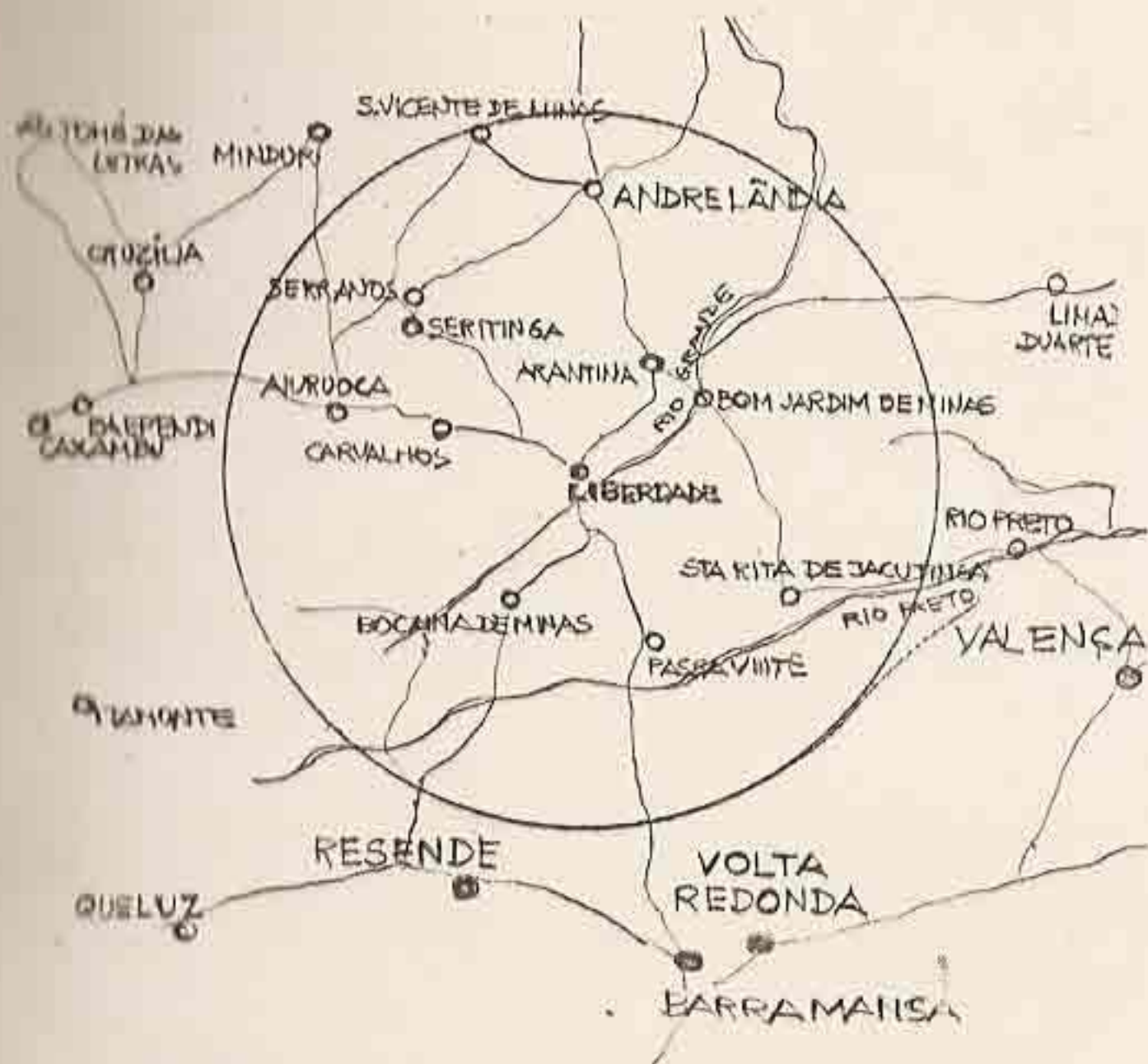
AUH - 827 " APROPRIAÇÃO DA TERRA E TRAMA URBANA NO
BRASIL " (2º SEMESTRE DE 1989).

PROF. RESPONSÁVEL :

PROF. Dr. MURILLO MARX

ALUNO :

JOSÉ XAIDES DE SAMPAIO ALVES



Sob as matas, pelas picadas dos índios que subiam para a colheita do pinhão no campo, começaram também a transmitir os mineiros do Rio das Mortes, salvo da argúcia dos Registros do caminho de Garcia Rodrigues Paes, e assim se fez a comunicação da Região Mineira do Rio das Mortes com a Freguesia do Campo Alegre, hoje Resende e outras da capitania do Rio Janeiro com a própria cidade do Rio de Janeiro.

Regressando a Vila Rica, o governador mandou um de seus ajudantes-de-ordens, Francisco Antônio Rabelo, voltar à zona por ele visitada, com ordens expressas de fazer os exames necessários nos matos gerais de Rio Preto, procurando impedir com mais segurança os extravios tão falados, e ainda procurar saber das pessoas que haviam pedido licença para lavrar a terra e de ouro que descobrissem.

O cel. Manoel Rodrigues da Costa dirigiu uma carta ao governador com data de 24 de outubro de 1781, dizendo: ... "Dos ribeiros do Bananal e Bom Sucesso, nas cabeceiras do Rio Preto, há boas esperanças de jernais pelo que dizem os que agora que de lá vieram, e alguns fizeram Rossas: porém o reccio do gentio não dá logar a alargar-se e na conquista do dito gentio, há de ser preciso cautela, sem que se mantém como se o costume: Sim, que se conservam nas suas vivendas, porque fazem Rossas, tem Bananais e usam de todas as plantas, só faltam lingas, para o persuadir a paz, a qual se há de solicitar e não é muito brava, o que faz é fugir; e pelo que me seguirão a pouca distância, por detrás das cabeceiras do rio do Peixe, estão as primeiras Aldeias, e as mais estão encostadas a Paraíba, e girão pelo Rio Preto".

Resentindo-se do desfalque ao fisco, determinaram pesquisas, e, afinal o governador e capitão-geral, D. Rodrigo José de Menezes, incansável desbravador de terras, mandou que abrisse esse sertão à mineração e permitisse o seu povoamento, isso pelo ano de 1781. Mais tarde, quando o governador das Minas, Pedro Maria Xavier de Athayde Melo, estabeleceu-se definitivamente o Registro do Rio Preto em torno do qual foi se fazendo povoado, que é hoje, cidade.

Em 1780, a fazenda "Moinhos", na sesmaria de São Lourenço da Jacutinga, fora fundada por Inácio Ribeiro do Vale, onde fizeram experiência da cultura da cana-de-açúcar.

Em 24 de agosto de 1800, o segundo guarda-mor do registro de Rio Preto, Francisco Dionísio Fortes, cedeu 112 datas, no Lance Palmital, à margem do Rio Preto, próximo a vila de Passa Vinte, "um subúrbio arcaico de Rio Preto", onde existia um presídio, pelo guarda-mor do registro de Rio Preto, Francisco Dionísio Fortes. Assim, foi fundada a Sociedade Palmital, com o objetivo de, em corporação, fazer a mineração, evitando o assalto do gentio. Pelo mesmo senhor, foram muitas as concessões de terra e águas minerais, aos mineradores que por aqui passavam, no atual município de Santa Rita de Jacutinga. O referido lugar ficou então conhecido por Subúrbio do Rio Preto ou Passagem ou Paragem do Sertão do Rio Preto.

Com a fundação de Bom Jardim, pelos Lacerdas, várias sesmarias lhes foram concedidas, e cujas terras se estendiam pelo território de hoje.

Em 1800, o lugar era ainda designado como: "A passagem do Rio Preto". Mas segundo um artigo de Rodolpho Portugal, rio-pretano estudioso da história local, publicado no n.º 732, de "A Ordem", de 7 de julho de 1921, assegurando que as terras do Sertão da Mantiqueira, vertentes do Rio Preto, foram, por muito tempo, conservadas incultas e desertas; e na sua linguagem, de posse das datas, já com ufania, se chamava "Arraial" do Rio Preto — Aplicação de Nossa Senhora da Conceição da Ibitipoca, Comarca do Rio das Mortes".

Do que foi anteriormente posto, surgem algumas indagações e possibilidades a respeito do caso específico de Liberdade, que são:

- Percebe-se que logo após o primeiro momento da ocupação da região, como vimos, o governo aplica-se a controlar todas as atividades mineradoras, bem como a povoar e controlar toda a região através da cessão de sesmarias. Destes fatos preocupam-nos entender o seguinte:

- . Está claro que a cessão de sesmarias aconteceu sobre uma realidade de uso e "posse" da terra já existente, mesmo que em parte pequena da área total.
- . Como foi que se procedeu a cessão das sesmarias das áreas onde estavam estabelecidos os primeiros moradores já a algum tempo ? que direitos ou que vantagens e desvantagens esses receberam ?
- . É possível que havendo surgido e estando a realidade lá estabelecida, sem seu controle e querendo conseguir-lo, o governo tenha simplesmente cedido sesmarias daquelas áreas, subjugando aqueles que lá já estavam ao controle daqueles que receberam oficialmente as ter-'

ras. O que certamente levou a que existissem conflitos sobre a mesma.

3 - A CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO

Fato é que o sítio onde se assentou o povoado, teve realmente importância do ponto de vista do assentamento humano que lá existia, pois após ter sido cedido pelo governo junto com uma sesmaria, ele foi cedido pela "sesmeira" ao patrimônio religioso. Ainda não possuímos a documentação sobre esta seção, no entanto ela já esteve em posse de pessoas de Liberdade, como por exemplo do Sr. Valtér Lage e que foi verificado por outras como o Sr. Jordano Alves Vilela e o Sr. Francisco Moreira Barbosa. Desse documento foi-nos relatado que quem doou a parte da sesmaria para o patrimônio religioso foi uma senhora da família Cunha, irmã da tataravó do Sr. Jordano. Desse documento colocamos aqui o trecho que nos foi relatado, pelo aspecto curioso que possui; assim a doadora colocava que: "...doava de coração limpo as terras para os povos e as povas dessa região que viessem nascer e progredir ' nesse patrimônio..."

É possível, pelo que expomos no item 2, que a cessão do sítio original do povoado para o patrimônio religioso tenha acontecido também para sanar algum conflito com aquelas pessoas que lá já estavam estabelecidas.

DA CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO EDIFÍCIO DA CAPELA E DA PEQUENINA IMAGEM(primeira) DO BOM JESUS DO LIVRAMENTO:

Estes fatos estão cercados ainda de dúvidas fundamentais, que com certeza seus esclarecimentos nos revelará dados conclusivos dos momentos em que houve as transformações iniciais da forma de parcelamento do solo do antigo povoado, são elas:

- Diz-se lá que a pequenina imagem do Bom Jesus foi trazida de Portugal por padres jesuítas que naquela região viviam a catequisar. Foi para abrigar essa imagem que se construiu a primeira capela, que comprovadamente situava no lugar onde é hoje a sacristia do Santuário do Bom Jesus do Livramento. Portanto, considerando verdadeiro esses fatos, podemos concluir que antes mesmo da cessão do patrimônio religioso, naquele lugar os padres jesuítas transitavam e assim terão influenciado para resolver qualquer conflito eventual e ainda, para que se concretizasse a referida doação.

- Sobre a construção do edifício da primeira capela, o Sr. Jordano (nascido em 1910), informou-nos que sua bisavó, a Sr^a Leonor Cunha de Barros, contava que o seu pai, o Sr. Antônio, possuía carro de boi e ajudou a carregar pedras para a sua construção. Portanto, estimamos que as datas da doação do patrimônio religioso e da construção da primeira capela, foram muito próximas.

Nº LIVRO DE TOMBO DA IGREJA CONSTATAMOS O SEGUINTE:

Nas anotações feitas pelo Pe. Elias José Saléh e em seus artigos feitos para publicações, ele escreve a seguinte sequência referente à igreja:

..." A primitiva capela, de que hoje restam duas pare-

des e uma porta, terá sido edificada em 1690, dando abrigo a uma pequenina imagem de cristo flagelado, que foi modelo da grandiosa obra de arte, a imagem do Senhor Bom Jesus".

"Em 1716,- primeira reconstrução."

"Em 1720 iniciou-se a igreja paroquial, em cujo trono se instalaria para sempre a preciosíssima imagem do Bom Jesus do Livramento!"

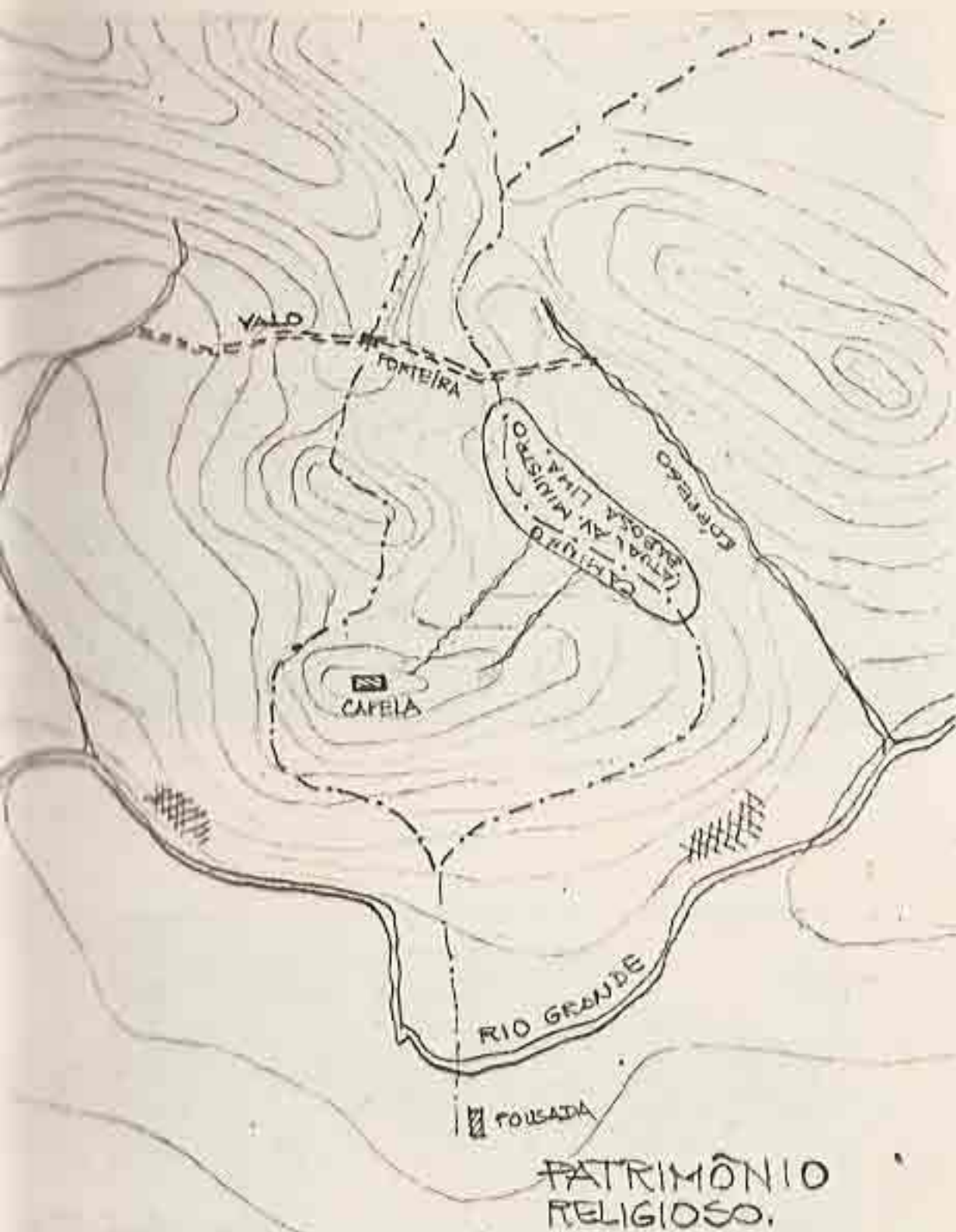
"Cerca de 1740, iniciou-se a ampliação da igreja, construindo-se a nave maior, terminada em 1785" (obs: data essa gravada na portada da igreja).

Estes trechos executados pelo Pe. Elias, que foi a única pessoa até aqui que se dedicou a tentar resgatar a história da construção da igreja, e publicado no Lampadario de 21/01/68 em Juiz de Fora, parece-nos não confirmar as informações prestadas pelo Sr. Jordano e também outra informação enviada ao próprio Pe. Elias em 30/08/69 e que foi por ele, transcrita no livro de Tombo e que está assim:

" Recebi carta do Cônego Miguel Falabella, enviando uma informação de seu irmão, funcionário do Instituto Brasileiro do Patrimônio Artístico, com a notícia:

"A capela do senhor Bom Jesus do Livramento, hoje prebitério do Santuário, foi erégida por provisão de 11 de abril de 1772, segundo o Cônego Raimundo Trindade, nas "Instituições e igrejas do Bispado de Mariana": o primeiro vigário de Livramento foi o Pe. Antônio Procópio de Souza".

B.H. 23/08/69



Na Enciclopédia Brasileira dos Municípios consta que a matriz foi construída em 1775.

Portanto, esclarecer esses fatos servirá para esclarecer também em que momento exato é constituído o patrimônio religioso e começa através da capela ser cedido e parcelado o solo urbano daquela paróquia, que pertenceu à comarca do Turvo de Barbacena e foi elevada a Freguesia em 1855.

Na falta por hora, da documentação específica referente à doação do patrimônio religioso, não se pode comprovar quais foram os seus limites, no entanto como nos afirmam as pessoas já mencionadas, o primeiro limite conhecido da cidade é exatamente aquele formado pelos acontecimentos geográficos já referidos anteriormente ou seja:

É a área limitada entre o Rio Grande, o córrego que nasce próximo da atual Av. Ministro Barbosa Lima e que corre paralelo a essa, o valo do qual ainda existe vestígios atrás da atual rua Cel. Antônio Giffonê, que dava na porteira que existia no seu cruzamento com a atual rua Capitão José Inácio da Cunha. Valo este que continua atrás da atual rua Bom Jardim e por último era limitado pelo córrego de atrás do morro (hoje bairro São José). Assim é bem provável que esta tenha sido a área doada ao patrimônio religioso.

Do período em que o povoado pertencia ao patrimônio religioso, pouco se sabe sobre a forma de sua ocupação e parcelamento do solo, São essas poucas informações ou indagações que nós vamos transcrever agora:



SOBRADO LOESCH.



A DIREITA - SOBRADO DO
SR. FRANCISCO CUONATO.

- Sabe-se que com a constituição do patrimônio religioso cabia à igreja parcelar e ceder os lotes para aqueles que iam se instalando, "cabia-lhe" portanto criar e determinar ("planejando" ou "Dirigindo") os espaços destinados aos logradouros públicos (ruas, adros, cemitério, largos e praças) ou seja, todos os espaços destinados ao uso coletivo da população. Desse "plano" ou "direção" pouco se conhece e os vestígios físicos não nos alenta muito.

- Sabemos também que o domínio religioso do solo urbano se deu até a proclamação da república, portanto até 100 anos atrás, Assim as considerações que vamos fazer agora vão da constituição do patrimônio religioso até 1889.

4 - A DECADÊNCIA DA EXPLORAÇÃO DO OURO.

Pelo que já expusemos, concluímos que na medida que foram-se esgotando as jazidas de ouro, foi-se fixando através das cessões das sesmarias, principalmente, uma vida baseada numa economia agrária auto suficiente. Este momento ainda como se sabe, é marcado pelo abandono de muita gente que vê frustradas suas ambições de fortuna fácil e que vão se deslocar para outras áreas na procura de terras mais férteis, assim, como coloca J. W. Rodrigues, "aqueles que lá ficaram foram forçados a uma auto suficiência". Esta nova vida se realizará ao contrário do período anterior, basicamente nas fazendas construídas nas áreas das sesmarias cedidas por toda a região. Cessões de terras essas, que continuaram até 1821 e que foram proibidas por Dom Pedro I em 05/02/1827. Sabe-se ainda que dessa data até 1850, quando foi executada a primeira



CASA DO SR. JOSÉ DIAS.
A VARANDA FOI ANEXADA
POSTERIORMENTE



CASA DO SR. JOAQUIM ROMANO

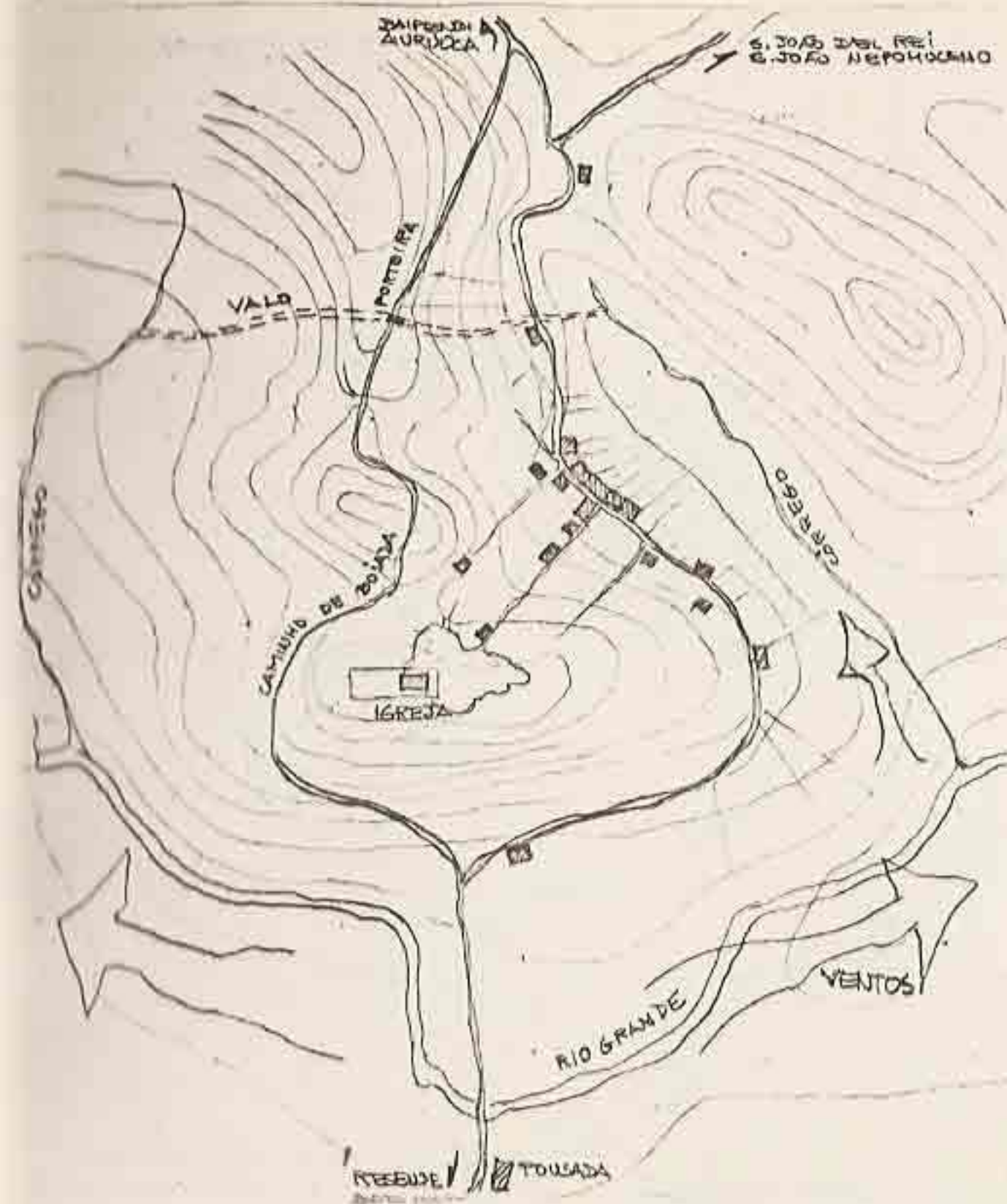
ra Lei de terras, lei do império nº 601 de 13/09/1850, houve uma corrida geral no Brasil pela posse da terra, desregrada e na base da força. Somente após a Lei de terras, no seu artigo 1º é que ficou estabelecido que daí para frente poderia haver aquisição de terras por título de compra e venda. Esta alteração no entanto, correspondia somente às questões relativas às terras rurais. Fato é que, todos esses fatores contribuíram para que a vida e a economia fossem exercidas quase totalmente nas fazendas. Assim, naquele período, o povoado foi ocupado somente em dias de festas ou missas, quando então a ela todos se dirigiam.

A realidade daquele período fez com que no povoado acontecesse:

- Baixíssima demanda de moradia e quando essas foram construídas, quase sempre foram a segunda casa dos fazendeiros e previam portanto locais e espaços para, escravos, empregados ou agregados. Surgiram assim os casarões mais requintados como por exemplo o da família Loesch, o do Sr. Francisco Cucunato, o do Sr. José Dias, o do Sr. Joaquim Romano e outros já destruídos.

- Poucas foram, nesse momento, as casas mais populares construídas no povoado.

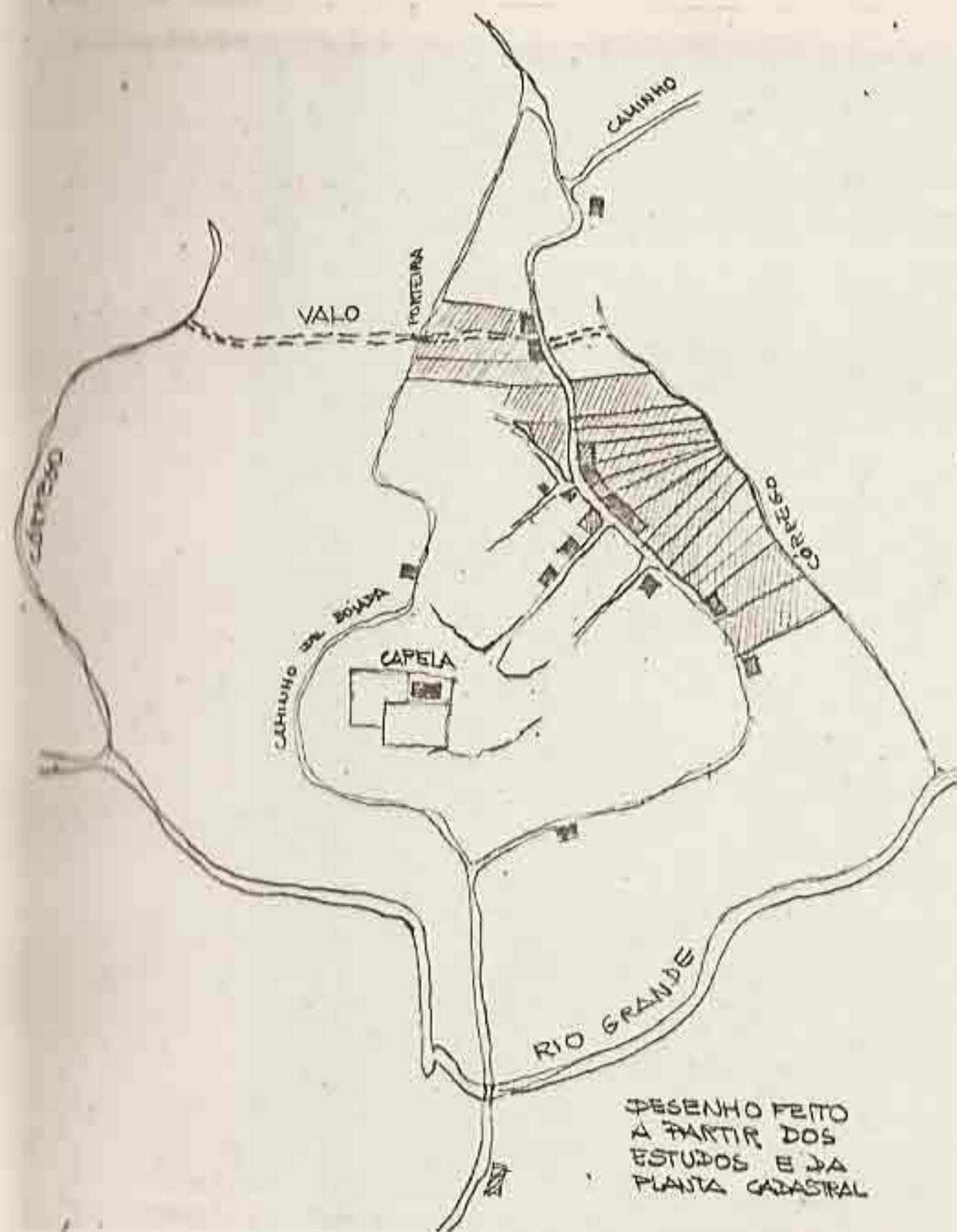
- Os antigos caminhos transformam-se de áreas de contrabando de ouro em rotas de tropeiros, às margens dos quais foram sendo construídas as pousadas tão necessárias e amplamente difundidas naquele período, quando as tropas levavam dias para completar suas viagens. Em Liberdade, é muito conhecido os caminhos que vindos de Baependi, São João Del Rei e São João Nepomuceno iam atingir Resende ou Barra Mansa, caminhos esses que se transformaram em estradas posteriormente.



Portanto, nesse período em que se afirmou a economia agrária da região, permaneceu e se implementou o trânsito pela caminho que passava dentro do povoado. Assim, por essa condição de local de passagem é que, dentro do povoado, surgirão mais tarde nesse caminho as primeiras casas de comércio, aproveitando ou os porões dos antigos sobrados ou situando-se na parte frontal de alguma residência térrea.

Outros fatores contribuíram para que nesse momento a pouca demanda de terras urbanas recaíssem sobre o trecho do caminho situado no povoado, fazendo com que desde o início a capela construída fosse deixada isolada no alto do morro; tão isolada que podemos afirmar que no povoado do Livramento a área urbanizada não surge a partir da igreja edificada; esses fatores foram:

- As residências não precisavam mais, estar tão próximas do Rio Grande, pois ele já não possuía mais a importância produtiva anterior.
- A dificuldade em obter e principalmente em transportar a água do rio ou das bicas instaladas nos córregos próximos, fez com que as áreas mais altas fossem deixadas de lado.
- Nota-se que o setor urbanizado, situava-se na parte mais plana e regular do antigo caminho e de onde diretamente (rua Direita - Atual Rua Cônego Arimatéia) se ia atingir o alto da igreja. É nessa rua que primeiramente começaram a surgir as primeiras construções morro acima.
- Este trecho do antigo caminho, que acompanha as curvas do nível do morro, possui ainda a qualidade de estar sempre



protegido dos ventos fortes e frios que sopram pelo vale do Rio Grande em dias de trovoadas ou nas épocas de inverno.

O conjunto dos fatores anteriores parece ter levado a que a demanda por espaços recaiu sobre aquela área. Assim, pelo conhecimento natural desses fatores, seja pelas pessoas do lugar, seja pela igreja que cedia e parcelava os lotes urbanos fizeram com que aqueles lotes se valorizassem desde o início. Com isso, parece-nos que cientes dessa valorização, a solução encontrada consistiu em otimizar o aproveitamento do alinhamento da rua; valorizou-se assim a testada dos lotes. Comprovação disso é que naquele setor, a terra foi parcelada de forma que os lotes fossem estreitos e de grandes profundidades, principalmente no lado inferior da rua, onde desde o início surgiram as habitações menores e mais populares. Este quadro da forma de parcelamento aliado a todas as dificuldades técnicas e construtivas e de transporte, levou a adoção do partido arquitetônico já tão conhecido de casas geminadas construídas em pau-a-pique, com telha canal e telhado em duas águas com cumieira paralela à rua, com porões destinados a depósitos, casa de empregados ou escravos.

Em Livramento, do lado superior da rua que primeiro se adensou, surgiu os sobrados mais valorizados e cujos porões puderam ser aproveitados para comércio. Nota-se desse lado da rua que talvez pela pouca demanda de espaços ou pela maior influência dos maiores fazendeiros junto à igreja, os lotes foram parcelados com maiores dimensões frontais, assim as construções puderam ser mais livres dentro deles, possibilitando a adoção de um partido arquitetônico onde proliferou

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui uma primeira realização sobre a evolução histórica da cidade de Liberdade, no que refere à transformação de suas características urbanísticas e arquitetônicas, olhada "pelos pontos de vistas da sua realidade fundiária e parcelamento do solo, contrapondo ainda nos diversos momentos, a relação entre o que se destinou de espaços públicos e espaços privados. Assim, baseando nos levantamentos e estudos efetuados em :

- Livro de Tombo da igreja (só encontrado a partir de 1965).
- Atas da Câmara Municipal de Liberdade (instalada a partir de 1947).
- Decretos e leis da Prefeitura Municipal de Liberdade (emancipada de Aiuruoca em 1939).
- Escrituras e contratos de compra , venda e doações de terrenos: públicos para particulares, particulares para públicos, particulares para particulares, municipais para estaduais e estaduais para municipais.
- Entrevistas com ex-prefeitos, vereadores e pessoas conhecedoras das transformações ocorridas nesses últimos setenta anos.
- Interpretação do acervo montado de fotografias da cidade.
- Leitura dos exemplares encontrados do Jornal Correio do Livramento, fundado em 1922.
- Leitura do livro: Santa Rita de Jacutinga escrito pela profª Laudelina Marinho Nogueira, 1976.
- Revista Realidade , artigo " O homem de Aiuruoca ", texto de Hamilton Ribeiro e fotos de Jorge Butaem. Fev. 1968, Editora Abril.

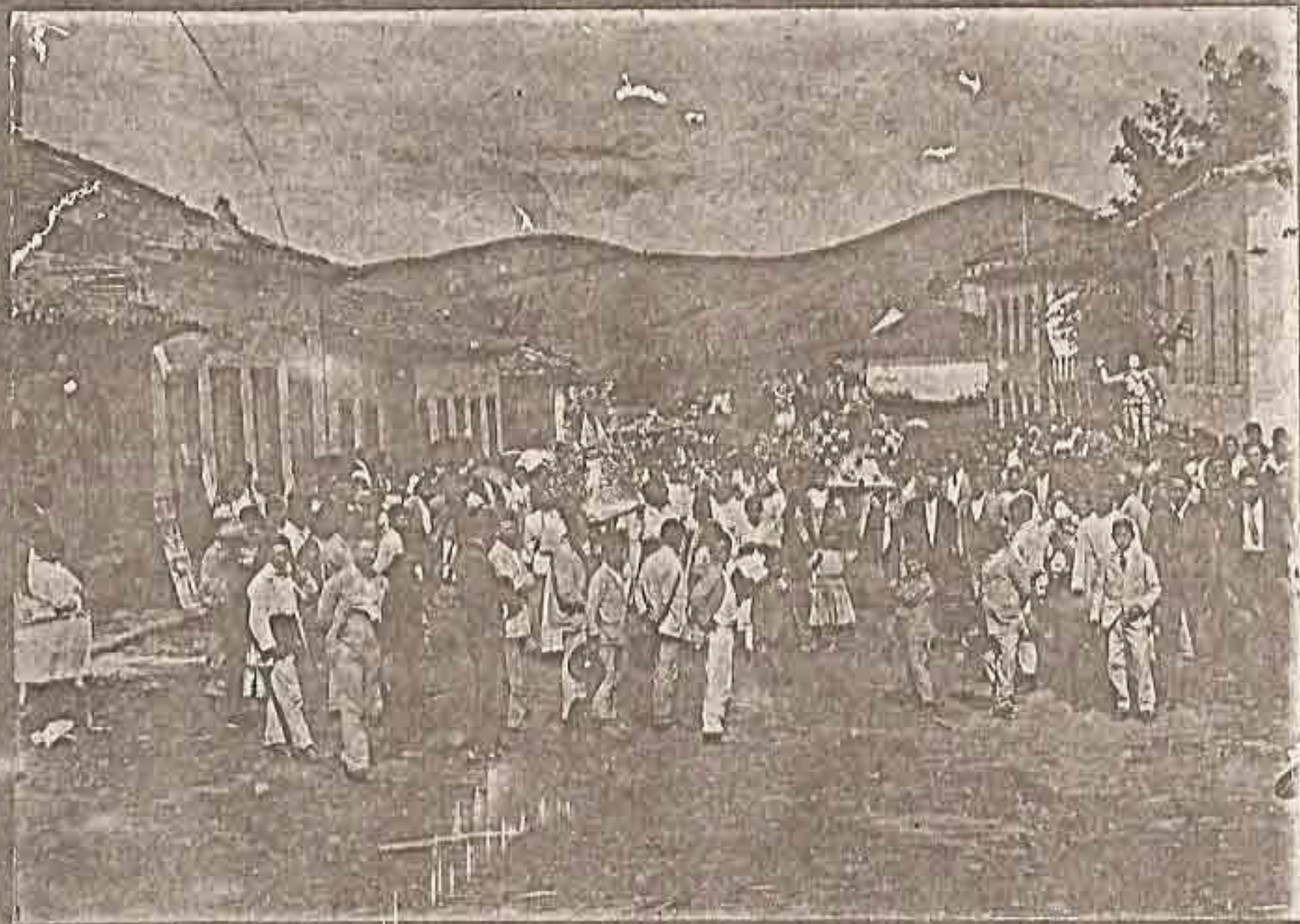
Buscamos apresentar aqui algumas constatações e hipóteses que poderão nortear outras pesquisas que aprofunde o que pretendemos estudar. Assim, informamos que faltou-nos ainda investigar a parte documental de Aiuruoca, referente ao período em que Liberdade era distrito daquele município e também a parte documental das Dioceses, às quais a igreja esteve subordinada.

Temos clareza hoje, através das informações adquiridas nos levantamentos, nos estudos e nos conteúdos e debates desenvolvidos na disciplina, da importância do tema para as questões do estudo do urbanismo e da arquitetura. Assim é que começamos a apresentar o que desenvolvemos:

Índice dos assuntos:

- 1 - Considerações sobre o surgimento do povoado do Bom Jesus do Livramento.

22-4-18 1911
St. Paul's
St. Paul's





o jogo de maior número de águas do telhado e a possibilidade do uso do alpendre; às vezes sendo atingido por escadarias laterais. (ex: Sobrado da família Loesch original).

Concluimos portanto que esta foi a forma de parcelamento e apropriação do solo de Livramento até a proclamação da República. Sua forma de "implementação e diretrizes " pode em certa medida, serem lidas analisando a forma dos lotes e das construções do único setor onde comprovadamente o povoado se desenvolveu até ali; quando então o quadro se alterou.

5- DA REPÚBLICA ATÉ A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE LIBERDADE.



DUAS CASAS
POPULARES

Sabemos que até 1827, quando foi proibido a cessão de sesmarias no Brasil, quando um povoado era elevado a Vila, criava-se a câmara municipal e a ela era doado uma sesmaria coletiva - O ROSSIO. Assim ficava a cargo da câmara parcelar e ceder os lotes dentro do rossio através das datas de terra seja através de doação - onde num prazo de tempo tinha-se que fazer melhoramentos e construir a casa; seja através de aforamento. Portanto até a data em questão, na vila, conviviam juntas as duas formas de parcelamento e cessão dos lotes ou seja: através da igreja e através da câmara municipal.

Com a proibição da cessão de sesmarias, em 01/10/1828 através da Carta do Reino se regulamentou o sistema de distribuição e controle das cidades.

A Lei de Terras de 18/09/1850, apesar de não acabar com

a concessão de datas nas cidades (no rossio), introduz a possibilidade de que o município possa vender as terras, nesse caso só podendo reavê-las se preciso fosse, através de expropriação ou desapropriação. Nasceu portanto naquele momento um sistema de propriedade total da terra, somente com pagamento de taxas etc.

O quadro geral anterior explica o que foi a regra geral em todo o Brasil, para aqueles povoados que até aquela data chegaram a ser Vila. Este não foi o caso de Livramento que pertencera à comarca do Turvo de Barbacena e foi elevada a Freguesia (distrito) em 18 de maio de 1855, ficando subordinada à comarca de Itatiaia, transformada pela República em município de Aiuruoca. Portanto Livramento conheceu até a República, somente a forma de parcelamento do solo urbano através do patrimônio religioso.

O PERÍODO DE 1889 A 1939.

Dois fatores mais importantes condicionaram as transformações do urbanismo e da arquitetura nesse período, são eles:

1º - A República alterou as normas anteriores, separou-se a igreja do estado e não se sabe como, nem os episódios ou conflitos que possam ter havido, mas no Livramento o patrimônio religioso foi incorporado ou confiscado, pela prefeitura sediada em Aiuruoca.

2º - As transformações econômicas, sociais, e políticas que o distrito sofreu a partir da construção das ferrovias Rede Oeste de Minas e Rede Mineira de Viação. Dessas transforma-

ções destacamos:

- . Crescimento da produção agro-pecuária.
- . Implementação do comércio local e regional.
- . Fixação de imigrantes italianos, espanhóis e portugueses ; principalmente nas atividades de construção.
- . Introdução da alvenaria de tijolos.
- . Valorização do solo rural e urbano, devido a chegada de pessoas de outras regiões.
- . Dessas pessoas, destacam-se aquelas que possuíam maior erudição, vindas de Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Entre elas, políticos importantes no cenário nacional como foi o caso do Ministro Dr. João Paulo Barbosa Lima. Estas pessoas levaram consigo, as novas concepções sobre as questões da propriedade, parcelamento do solo e os novos modelos de ocupação do lote, organização das plantas e concepções estéticas, que já ocorriam nos maiores centros do país.
- . Surgimento das preocupações com a educação e as infra estruturas urbanas.

OS ACONTECIMENTOS:

O novo quadro político administrativo colocado pela República, confirmou o distrito de Livramento subordinado ao município e comarca de Aiuruoca. Este quadro trouxe uma radical alteração na forma de parcelamento e distribuição dos lotes urbanos, que foram:

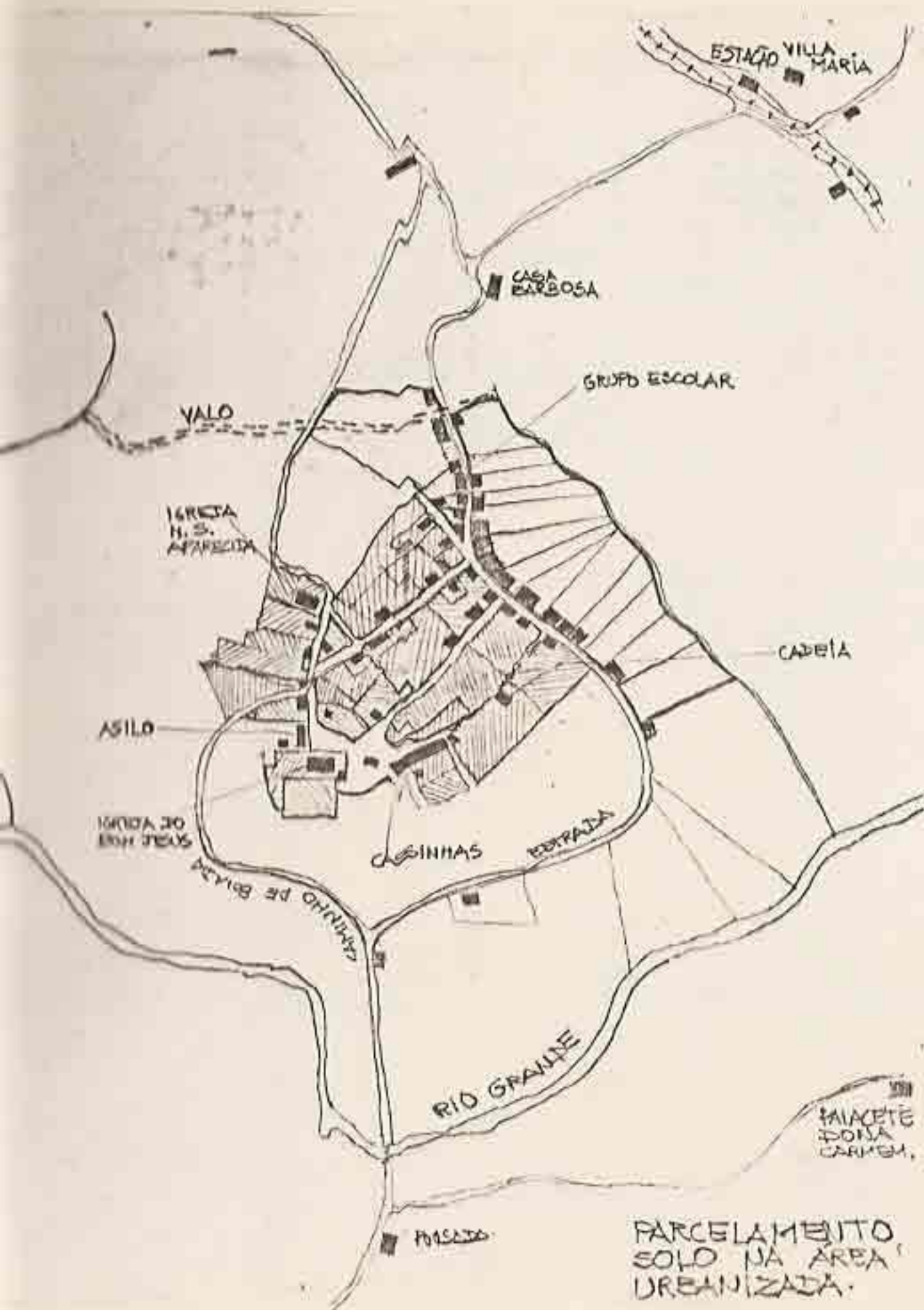
- . A perda (?) do patrimônio religioso que passa a ser propriedade da prefeitura municipal.

. O lote urbano não é mais requisitado da igreja e sim da prefeitura.

Constatamos através de entrevistas com o Sr. João Quirino de Sampaio e o Sr. Jordano Alves Vilela que os lotes eram conseguidos através de requerimento levado até Aiuruoca, solicitando determinada área pré-escolhida. Áreas essas com formas e dimensões de acordo com a vontade de quem as requeriam. Esta maneira de conseguir o lote urbano pode ser comprovada em documentos de compra e venda de terrenos, como no caso daquele onde hoje é propriedade do Sr. João Quirino, que comprou-o do Sr. Enock Patricio de Oliveira que o havia comprado do Sr. Abílio de Souza e que o tinha adquirido da prefeitura municipal de Aiuruoca. Constatamos também que o fato da baixa demanda de terras no distrito, possibilitou assim que a aquisição das mesmas fosse facilitada e só implicava em baixíssimos pagamentos de taxas à prefeitura. Portanto verifica-se que a distribuição dos lotes urbanos funcionou no início do período como quase uma doação de terras do patrimônio público a agora propriedade privada.

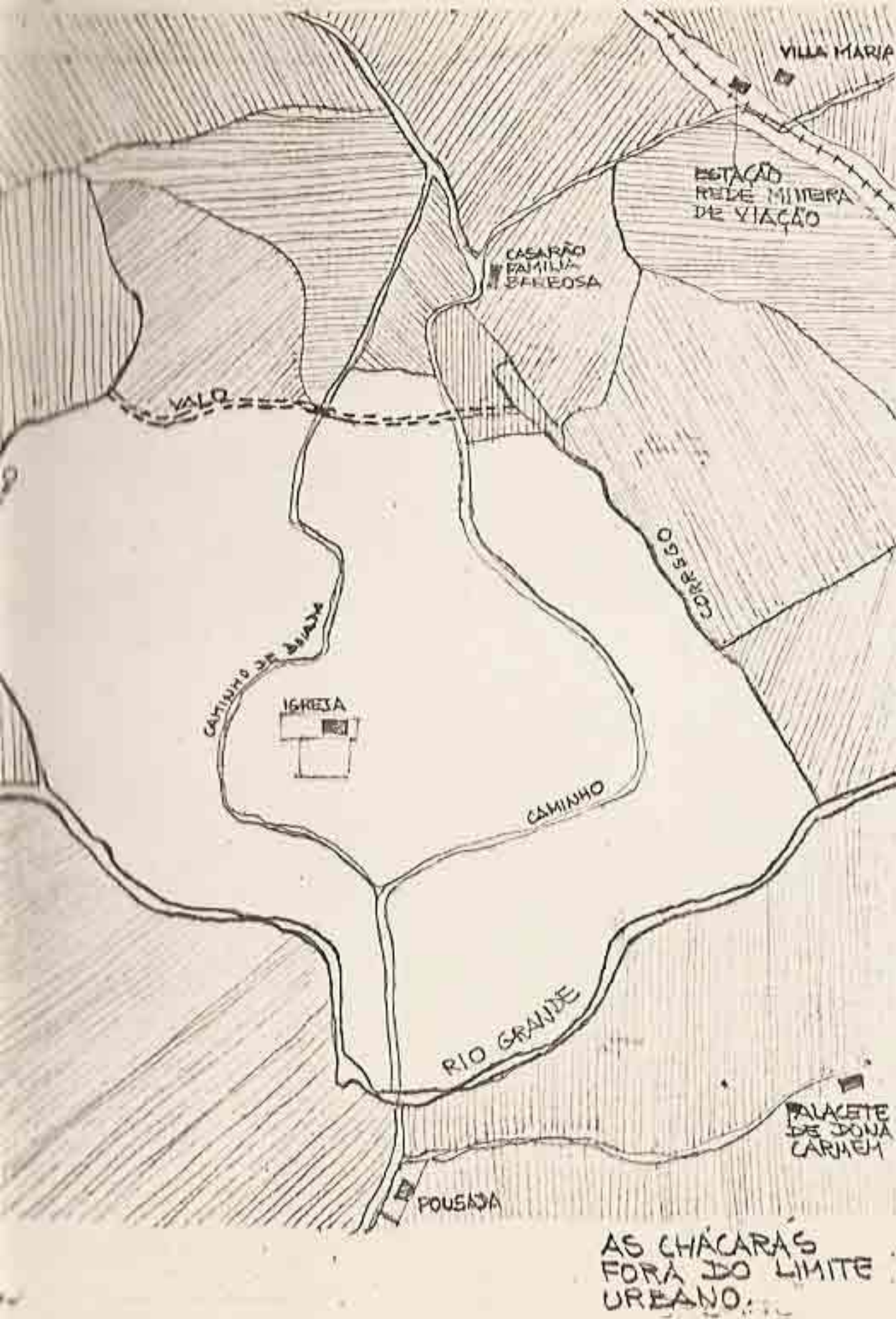
Desses fatos queremos observar aqui que:

. O período anterior à República, pelo fato da Igreja participar e decidir mais de perto da vida do distrito, permitiu, ao que nos parece, que houvesse certo controle e preocupação (não um plano) na forma de parcelamento e dimensões dos lotes, lugar de ocupação, o sentido do crescimento das primeiras ruas, a própria demarcação e orientação dessas ruas e a localização da praça em frente à igreja. No entanto, no período posterior à proclamação da República o



contrôle dessas questões, feito agora pela prefeitura de Alu-
ruoca, portanto distante, foi omissso ou não teve como contro-
lar de maneira mais efetiva a realidade fundiária do distri-
to e assim não orientou melhor o resultado que se ia constru-
indo dos espaços privados e principalmente dos espaços cole-
tivos. Estes fatos trouxeram a um resultado desordenado e
caótico nos seguintes aspectos:

- + Grande variedade e irregularidade de dimensões e forma dos lotes urbanos.
- + Baixa ocupação e aproveitamento dos lotes.
- + Densidade de ocupação do alinhamento das ruas muito me-
nor que a forma anterior.
- + Como prevaleceu a forma de implantar as construções no
alinhamento das ruas, porém em lotes com testadas maiores,
surgiram os recuos laterais e as ruas perderam as característi-
cas de conjuntos edificados contínuos e como em seus alinhamentos,
ralearam-se as construções, perderam assim a força expressiva das
características urbanas anteriores.
- + A nova forma de parcelamento e ocupação dos lotes, ou seja:
lotes grandes e irregulares e ocupação no alinhamento, implicou
em que imensos vazios, antes somente nos fundos, fossem deixados
nas laterais e nos fundos dos lotes. Características essas, que
chegaram até hoje, apesar dos constantes desmembramentos que
aconteceram posteriormente.
- + A possibilidade da aquisição de lotes maiores e mais largos,
aliado à chegada de novo repertório da forma de

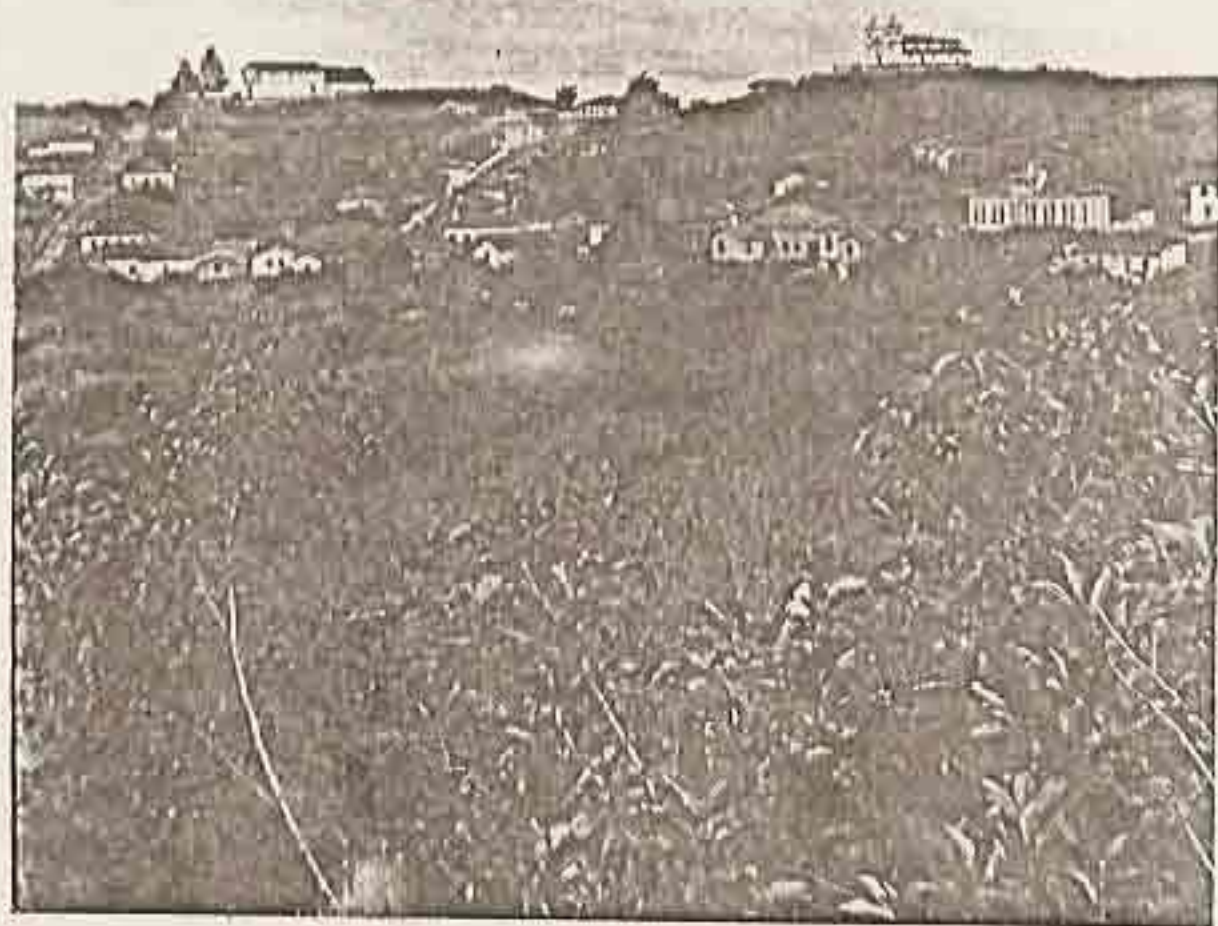


construir, trazido por todos aqueles que chegaram naquele período, possibilitou que fosse adotado o partido arquitetônico típico do neoclássico do Brasil; o jardim e a varanda lateral da casa urbana e a casa recuada envolta por jardins em lotes maiores ou em chácaras.

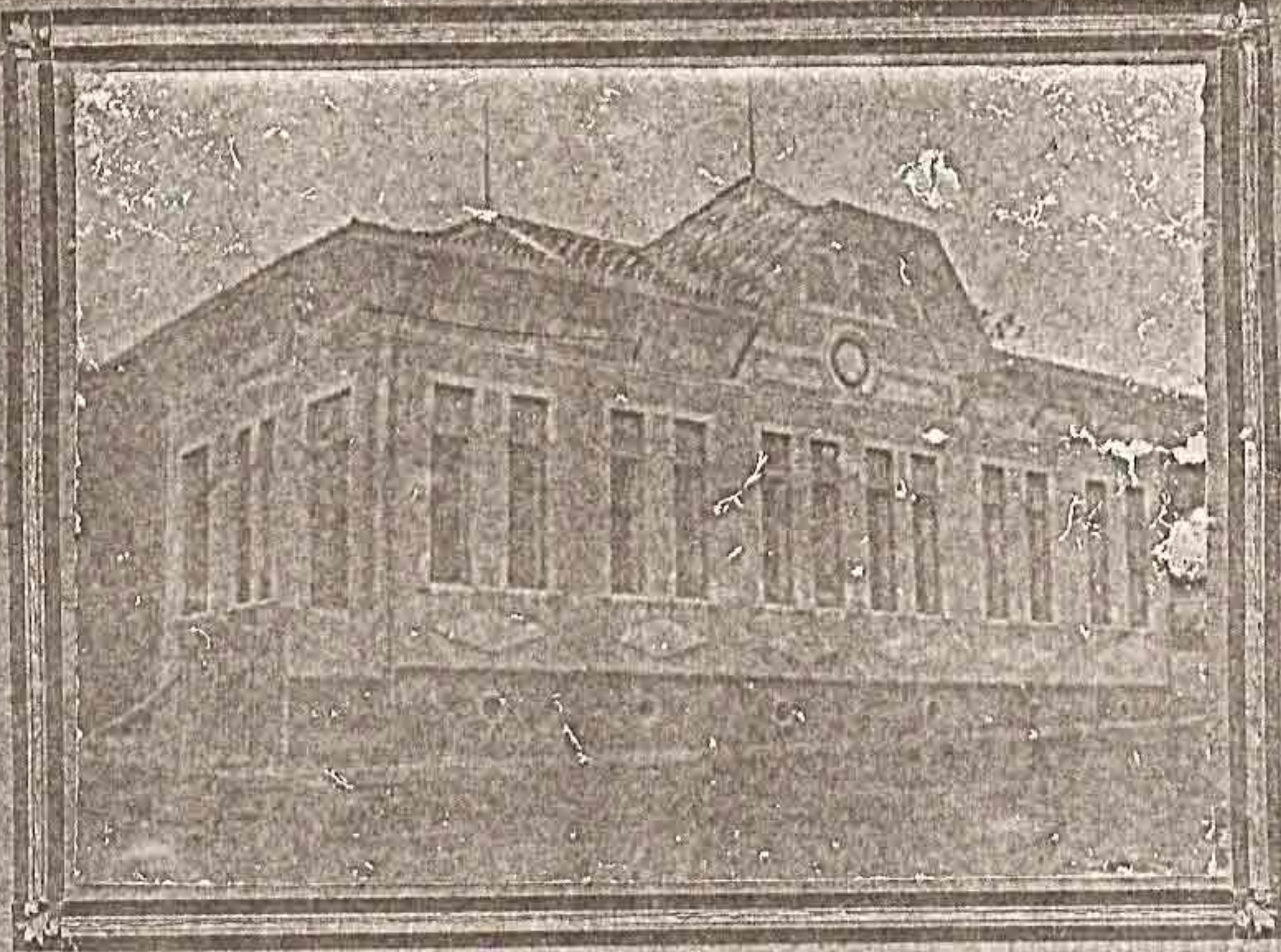
+ A planta se torna mais livre, prolifera o jogo dos planos da cobertura, o piso da casa se eleva do chão, a pratibanda vira status e de tijolo altera as antigas fachadas, prolifera o uso do ferro e do vidro.

• A nova forma de parcelamento, distribuição e possibilidade de venda dos lotes urbanos do distrito, veio beneficiar aqueles que vindos de fora e mais esclarecidos das novas oportunidades e ainda com maiores influências junto à comarca, correram a requerer maiores e melhores parcelas de terras urbanas. Com certeza, a maior parte desses lotes assim conseguidos, carregavam consigo a perspectiva de futuras valorizações e portanto, de retorno econômico, seja por venda ou por parcelamento e venda futura, como o tempo veio a demonstrar. Instituiu-se assim desde o início a possibilidade de ganhos privados altos, através primeiramente da aquisição quase por doação de terras públicas e depois pelas futuras valorizações e das vendas dessas mesmas terras.

Nesse período, houve a aquisição de glebas maiores (chácaras) ao redor do antigo limite da área urbana, como foi o caso da Villa Maria (adquirida pelo Ministro Dr. João Paulo Barbosa Lima), da área do Palacete do Sr. Geraldo Lago, da área do Sr. Raimundo Moreira Barbosa e da área do Sr. João Sampaio (atual bairro Santa Rita de Cassia) e outras. Esses novos proprietários que também foram pessoas de grandes influências políticas na região, farão com que mais tarde su-

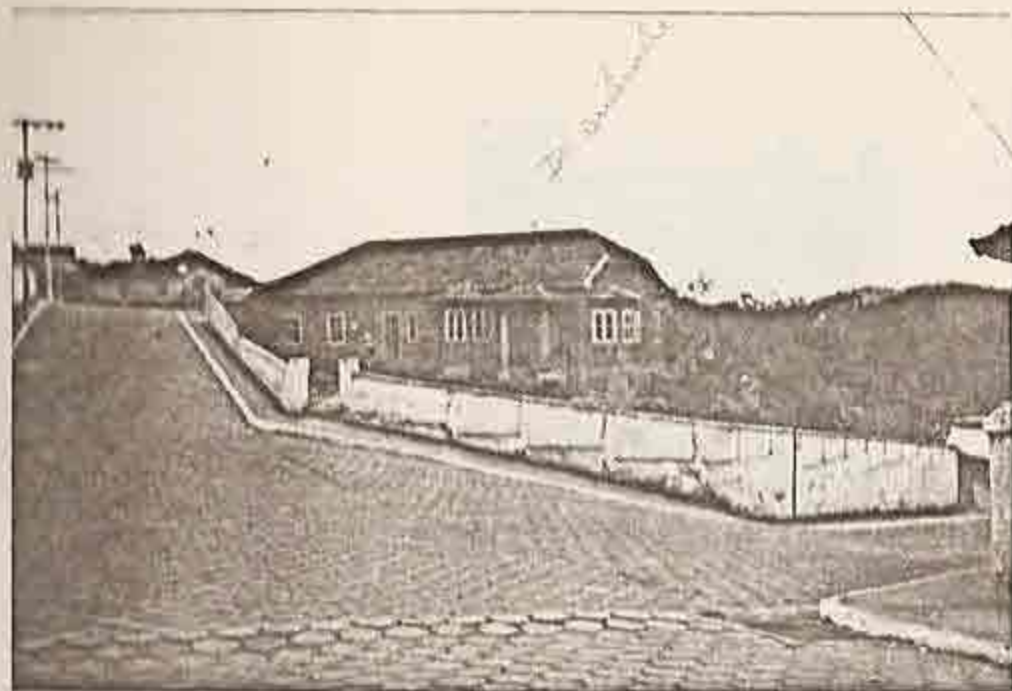


VISTA PARCIAL 1931

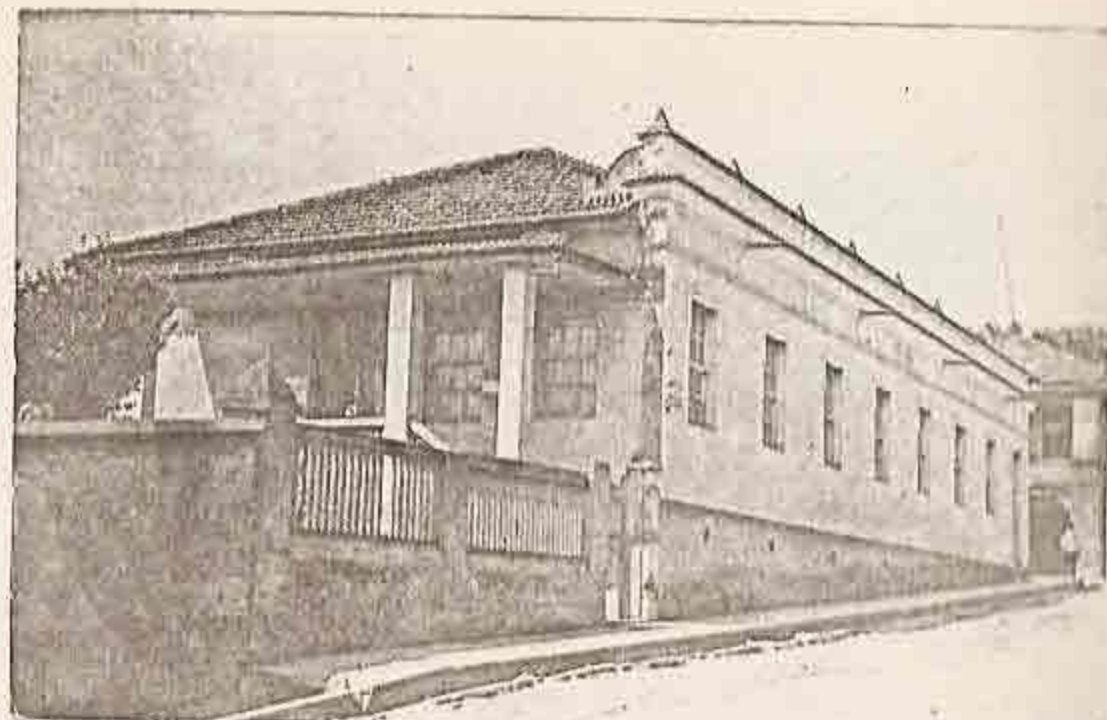


Grupo Escolar de Herramienta, Ag. - Lima 1925-26

GRUPO ESCOLAR M. N. 10
BARBOSA LIMA



①



②



③



④

① - CASA - DONA JANA

② - CASA - Sr. JOÃO
SANTOS
ATUAL - PRÉSTIMO

③ - CASA - Sr. OTTI LANGE

④ - O CONJUNTO HA
ANTIGO TRAIK
MAIO - A SRA.
EADEN

- 2 - A organização espacial inicial do povoado.
- 3 - A constituição do Patrimônio Religioso.
- 4 - A decadência da exploração do ouro.
- 5 - Da República até a emancipação política de Liberdade.
- 6 - De 1939 a 1947.
- 7 - De 1947 até os anos de 1960.
- 8 - De 1960 a 1980.
- 9 - De 1980 a 1990.
- Conclusão

1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O SURGIMENTO DO POVOADO DO BOM JESUS DO LIVRAMENTO.

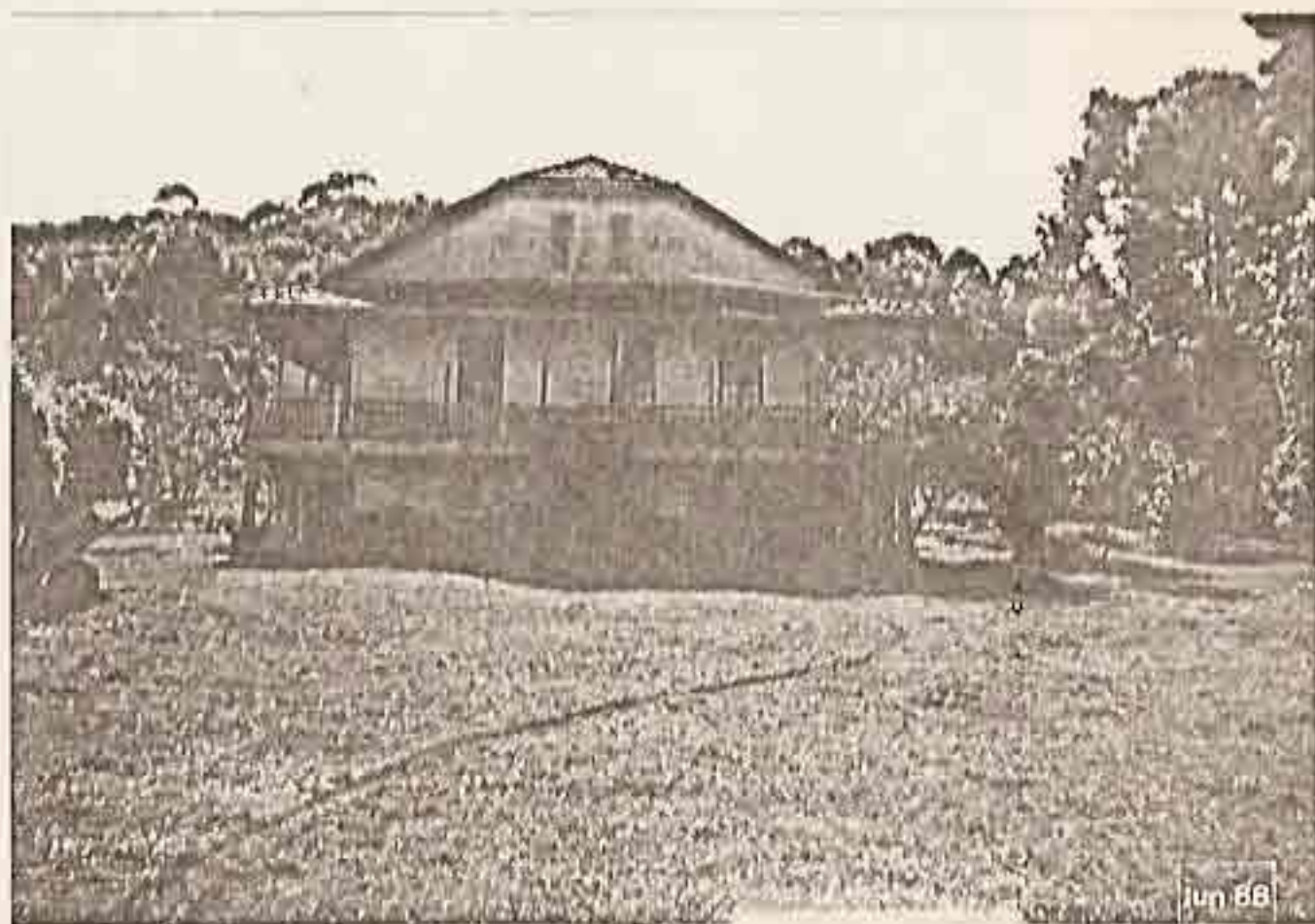
Está claro sob diversos aspectos, como é que se formou historicamente, do litoral para o interior, a rede de cidades no Brasil. Desse quadro geral é sabido que somente no final do séc. XVII e início do séc. XVIII, aconteceu a penetração na região das minas, cujo principal ponto das entradas dos Paulistas foi o Paço do Embaú na atual cidade de Cruzeiro. É desse ponto que para o lado de Minas Gerais, todas as cabeceiras de rios nascentes na Serra da Mantiqueira foram exploradas à procura de ouro e diamantes; entre elas, a cabeceira do Rio Grande e córregos afluentes, situados atualmente no município de Liberdade e Bocaina de Minas. Foi portanto através dessas iniciativas particulares e não controladas inicialmente pela Corôa, que houve as primeiras fixações de pessoas às margens daqueles rios. Lugares aqueles que, na



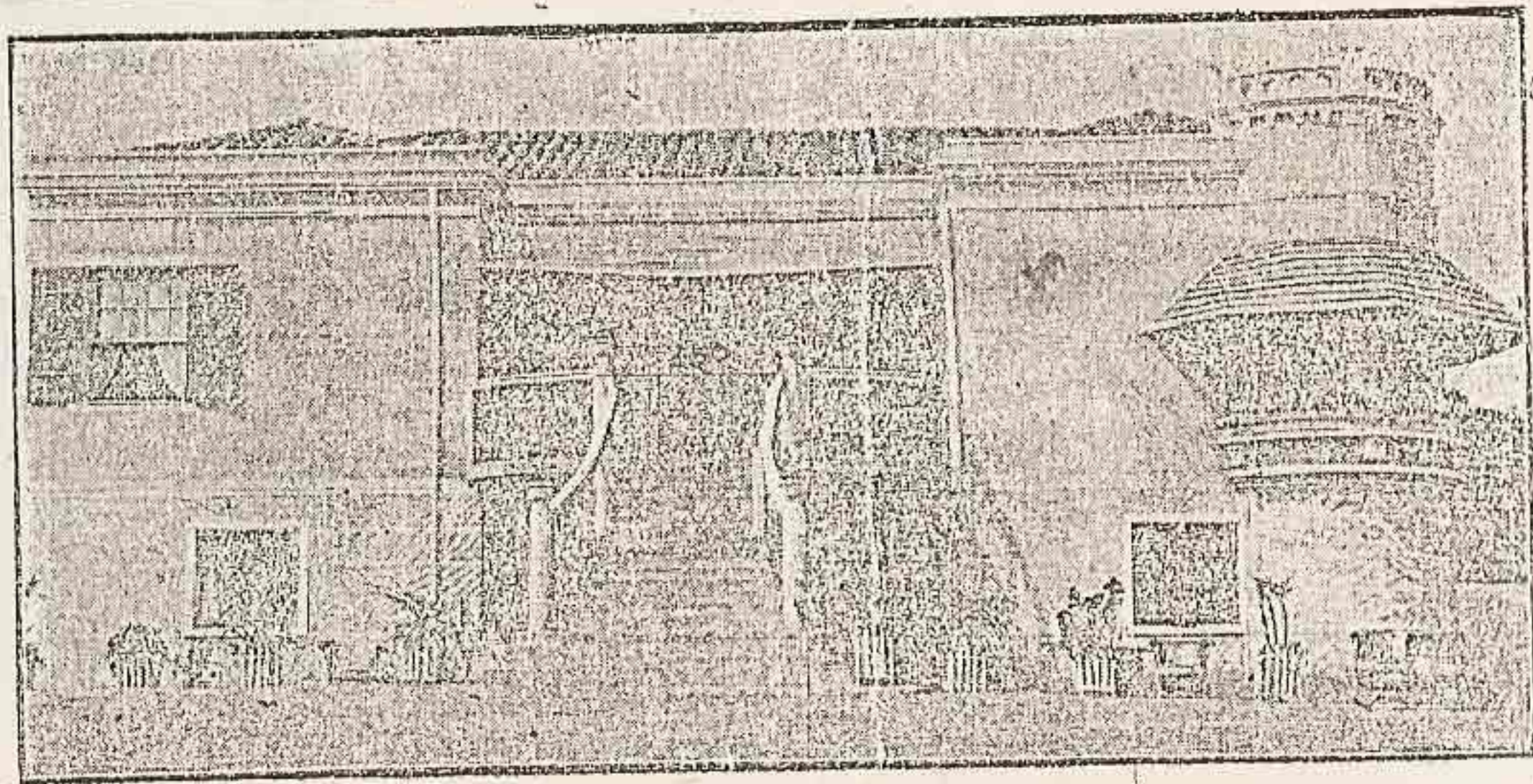
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA



CASA BARBOSA - SÍMBOLO DO COMÉRCIO
"CHÁCARA"



"CHÁCARA" - VILLA MARIA - INFLUÊNCIA
DAS FAZENDAS DE CAFÉ DO
VALE DO PARANAÍBA



Residencia do Sr. Capm. Geraldo Lage, um dos mais adiantados lavradores de Livramento, um kilometro distante do povoado; em frente ao palacete, á distancia de 400 ms., deslisa magestoso o Rio Grande, que vae depois formar o Paraná, juntamente com o Parahyba.

"CHACARA - PALACETE
DONA CARMELO"



O GRUPO ESCOLAR



A CADEIA

as áreas fazem parte do limite da zona urbana da cidade, sem que essa ainda hoje tenha-as alcançado. Percebe-se portanto a tentativa, desde então de usar do poder público para valorização da propriedade privada.

. Constatamos através da leitura dos exemplares do jornal Correio do Livramento, o seguinte:

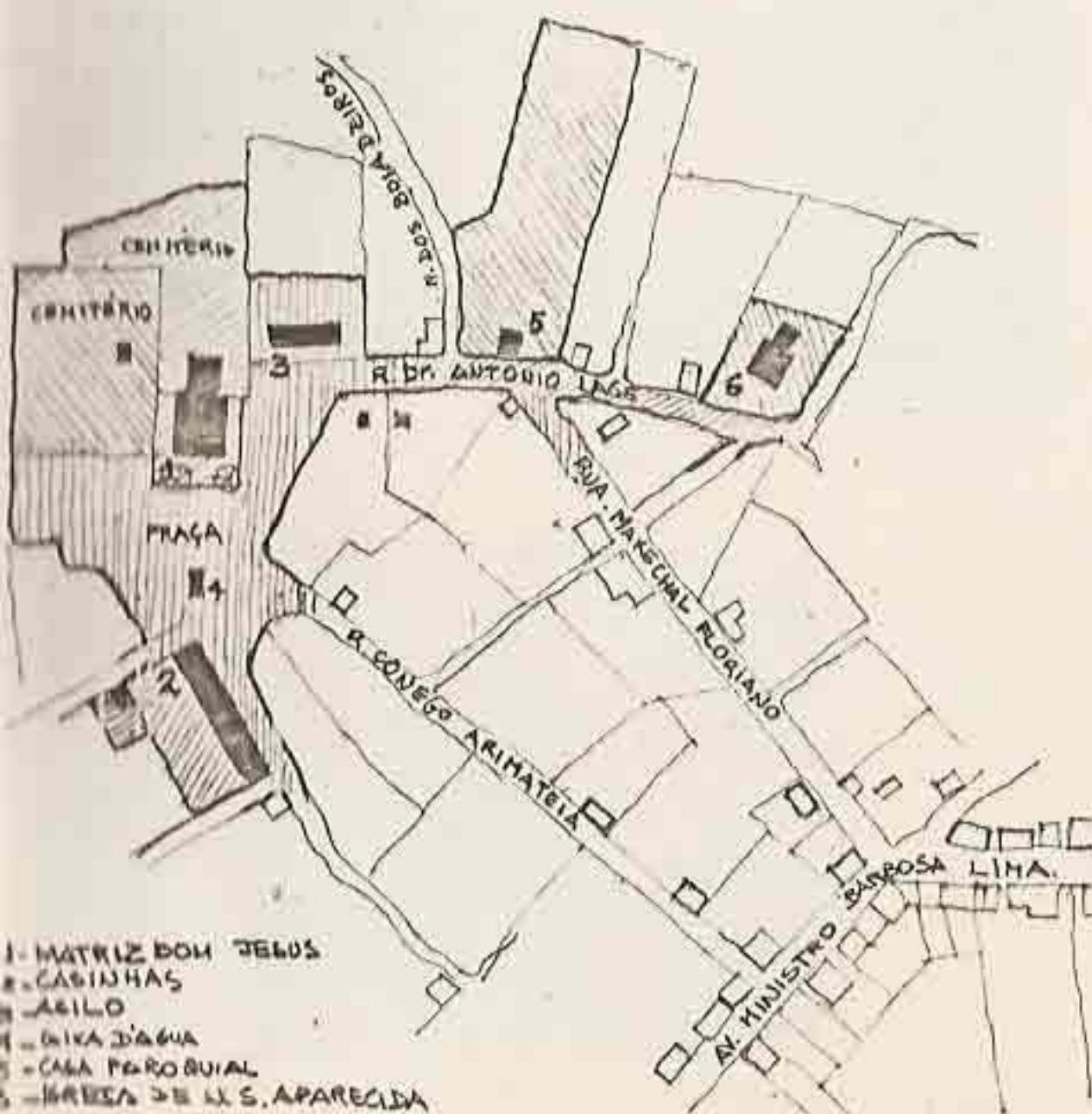
+ O período é marcado pela atuação vigorosa daquela gente vinda de fora, no sentido da melhoria do distrito e de toda a região, principalmente no que refere às infra-estruturas urbanas, o transporte ferroviário (como mostra as várias reivindicações feitas através do jornal) a criação de escolas, criação do jornal Correio do Livramento, a cadeia, implantação de largos e monumentos, teatro, posto de saúde, luz elétrica etc. Outra atuação marcante daquele período será no sentido de conseguir a autonomia política e administrativa da cidade. No entanto, verificamos que salvo o que de melhor se pode pretender na perspectiva de conseguir aqueles objetivos do ponto de vista coletivo; constata-se que eles carregavam consigo a perspectiva da valorização das áreas recém adquiridas. Vale lembrar, que naquele momento as principais áreas do distrito e do seu entorno já se encontravam nas mãos da propriedade privada. Curiosamente constatamos, que tendo sido adquirente das terras as mesmas pessoas que lutavam por sua valorização, para que tais benfeitorias coletivas pudessem ser executadas, tiveram a "nobreza" de ceder parte de suas terras urbanas ao poder público (é o caso da área do grupo escolar Ministro Barbosa Lima e também da área da cadeia e do pavilhão de festas doado à igreja). Com esses exemplos, percebemos

que naquele momento não restava mais nenhuma área pública importante na zona urbana. Assim, inverteram-se os papéis, ou seja: para se destinar áreas para qualquer espaço público, era necessário sua doação ou desapropriação da propriedade privada.

Temos certeza hoje, que é consequência dessa transformação do sistema de propriedade, a não existência naquele momento no distrito, de áreas dignas destinadas a espaços públicos; como praças, largos e jardins. Pois, na corrida que se deu para aquisição das áreas urbanas, o poder público não reservou nenhuma área para esses fins.

É importante constataremos ainda que as doações feitas, única alternativa utilizada naquele período, para dotar o distrito de edifícios públicos, carregava consigo além da melhoria necessária e da valorização econômica das áreas do entorno, a possibilidade de dividendos políticos daqueles que o faziam.

A única área privilegiada deixada como espaço coletivo nesse período, continuou sendo a praça da matriz. Que seja pela sua situação desvalorizada pela dificuldade em conseguir a água (só alterado nos anos trinta, quando se construiu o primeiro sistema de água encanada do distrito), seja pela permanência ao seu redor de espaços em propriedade da igreja (cemitérios, adro, terreno da casa paroquial e outros lotes) e ainda pelas doações feitas para a igreja, como o terreno das "casinhas" e do terreno do asilo São José; conseguiu permanecer como a maior e única área digna de ser chamada de espaço com potencial de uso coletivo. Constatamos no entanto que a política de implementar melhoramentos e equipa





A IGREJA ANTIGA, O ALMO E AS CHORONAS.



A IGREJA REFORMADA E O ASILO.

mentos que valorizassem as áreas adquiridas por aquelas pessoas mais privilegiadas, política e economicamente, fez com que a praça da matriz que no início teve em seu entorno destino como moradia das famílias mais pobres do lugar (as casinhas e o asilo São José), fosse relegada a um segundo plano pelo poder público, mas nem por isso deixou de sofrer significativas e importantes transformações, como veremos:

- . Ampliação da antiga igreja, com as construções das naves laterais e das duas torres em substituição á antiga alneira fora da igreja (1933)- promovida pela irmandade do Bom Jesus do Livramento.

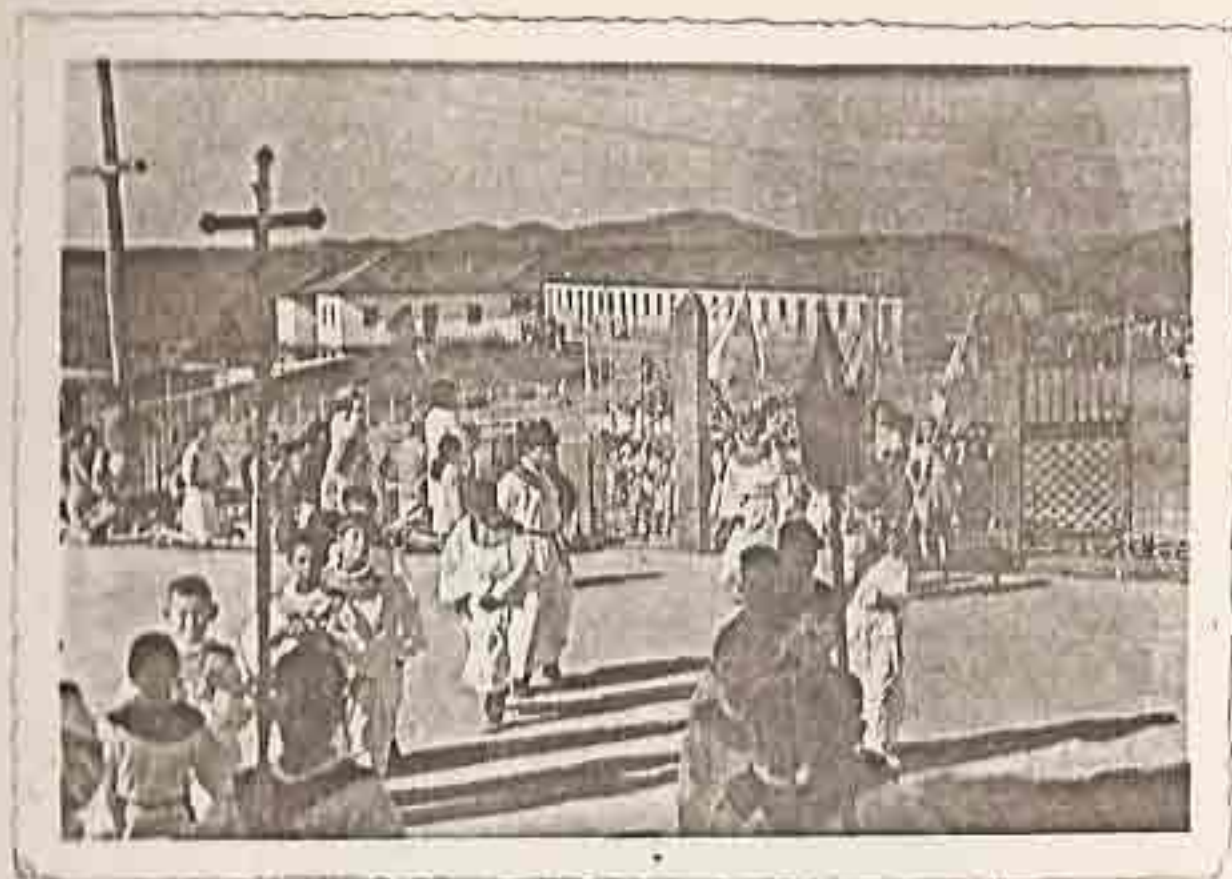
- . Construção e doação feita pelo Sr. João Sampaio, da igreja de Nossa Senhora Aparecida, que veio formar uma rua privilegiada urbanisticamente (rua Antônio Lages), arrematada pelas duas igrejas, e ainda, esta construção serviu como polo de atração para o crescimento posterior do bairro de "A trás do Morro" (atual bairro São José). (1936)

- . Construção e doação feita pelo, Sr. João Sampaio das "casinhas". (1935).

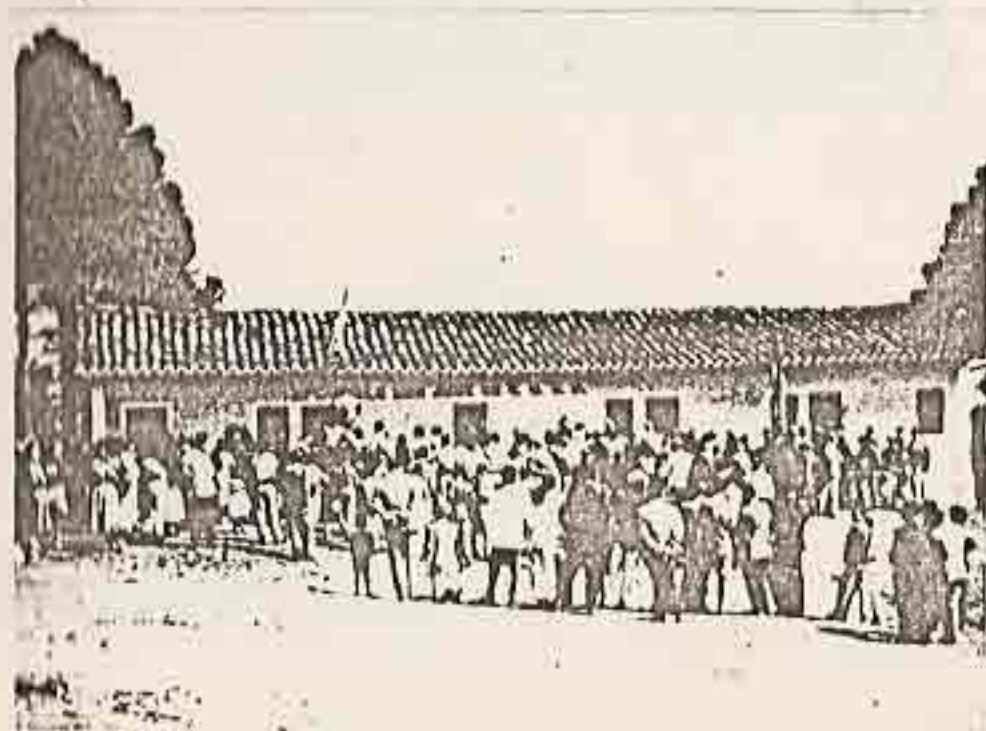
- . Construção pela comunidade, do pavilhão pararomeiros, (depois transformado em asilo), (1936).

Percebe-se que foi somente através de algumas ações individuais ou coletivas, mas ligadas à igreja que o entorno da praça recebeu alguma adequação. Com certeza não houve um plano integral para a sua realização, mas historicamente, o que se fez foi o maior momento onde a concepção de um espaço voltado para o coletivo ficou evidente e esteticamente o que se realizou, foi o que de mais expressivo a cidade já teve em termos de espaço urbano.





AS "CASINHAS"



Asilo São José, da Conferência São Vicente de Paulo

Para resaltar o que queremos deixar evidente, informamos que a única obra executada através do poder local naquela praça, foi a construção do primeiro reservatório de água que ficava no centro da praça e era coberto com uma construção simples. Dessa obra queremos dizer o seguinte: Salvo a sua necessidade evidente no distrito, destinou-se inicialmente a atender aquelas famílias mais importantes do lugar, somente depois é que se ampliou o serviço prestado as pessoas mais pobres, como foi o caso do atendimento das "casinhas". Além do mais, verifica-se que houve desde aquele momento, uma total falta de compreensão por parte do poder local da importância daquele espaço público para o urbanismo do distrito, pois fato é que o local de implantação daquele reservatório, ou seja: o centro da praça, era demais impróprio, considerando seja os usos coletivos possíveis da praça, seja do ponto de vista do bloqueio das visuais do entorno da mesma. Consideramos que já naquele momento, o que estava em jogo do ponto de vista das obras públicas era que não bastava a sua realização e muito menos qualificá-la, mas era preciso evidenciá-la para que se colhece os resultados políticos a nível individual, mesmo que do ponto de vista coletivo um significado maior e a qualidade total das realizações fossem prejudicadas.

O período que estamos analisando, pelo que vimos, tem com que o distrito do Livramento tivesse um grande incremento da produção agrária, melhoramentos nos sistemas de transporte e a fixação de uma mão de obra mais especializada, principalmente na construção da alvenaria de tijolos. Estes fatos de início não alterou o quadro anterior onde a imensa maioria



②



① ESTILO MANUEL CARRERO

das pessoas trabalhavam e viviam nas fazendas, no entanto, por si só, permitiu que se fixasse no distrito, além daquelas pessoas já mencionadas, profissionais liberais, construtores, pedreiros etc. Assim desenvolveu-se um comércio interno maior, bem como, seja através das tropas e da estrada de ferro ampliou-se o comércio externo. Portanto o distrito começou a ser vida efetivamente urbana, que do ponto de vista do urbanismo implicou em uma maior demanda de habitações populares. Para a satisfação dessa demanda e já considerando a nova realidade legal e o quadro fundiário do distrito, os lotes foram conseguidos da seguinte maneira:

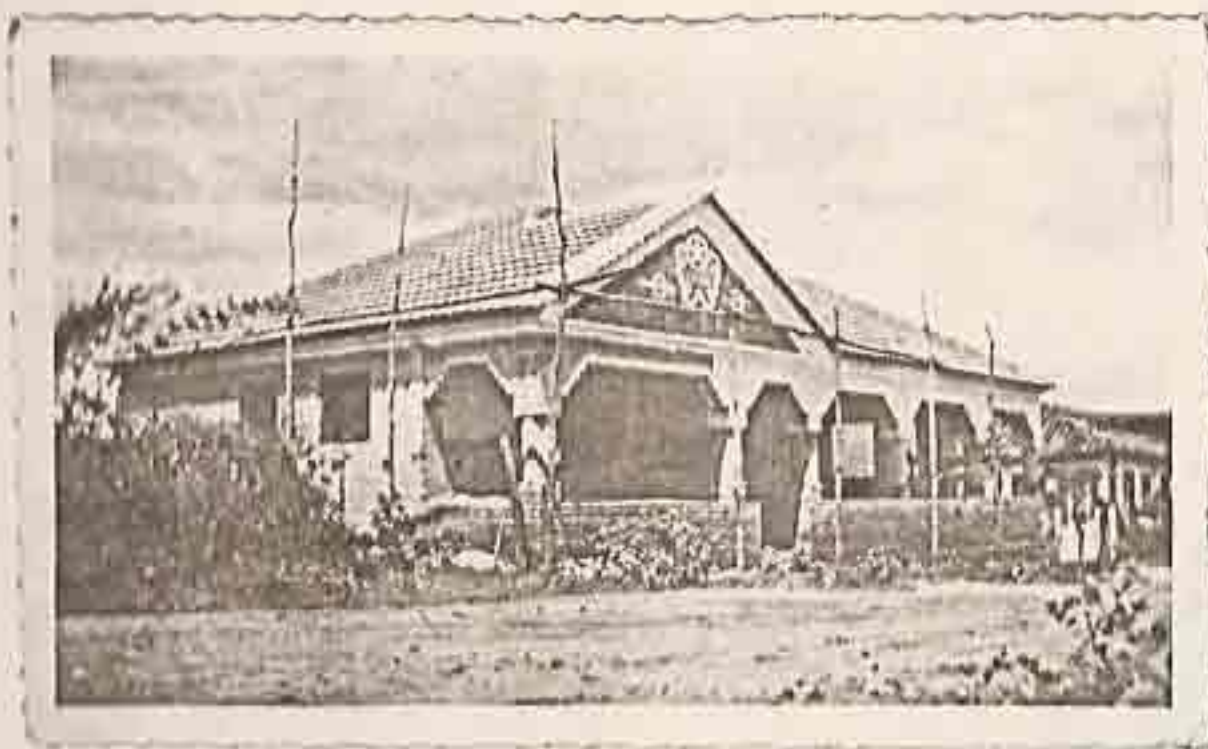
- . Pela aquisição junto à prefeitura de Aluruoca (normalmente só possível em áreas menos privilegiadas) e também com forma, dimensões e lugares escolhidos por ^{elas} o que sejava.
- . Pela posse de áreas que ainda não haviam sido regularizadas.
- . Pela compra de áreas já sob domínio privado.
- . Por "aluguel" de casas, como no caso das "casinhas" onde pagava-se uma pequena quantia à igreja.
- . As famílias miseráveis acabavam por se utilizarem do Asilo São José.

A demanda por essas habitações e todo o quadro das transformações estudado, fez surgir no distrito alguns partidos arquitetônicos que se popularizaram e foram amplamente difundidos até os anos setenta, foram eles:

- . O "estilo do Sr. Manuel Carrero"; casas implantadas no alinhamento do lote com recuos laterais dos dois lados, com entrada simples ou com varanda em um desses lados;



② - O ESTILO JOÃO SAMPAIO



③



③

e ainda, frontões quebrados amenizando o que poderia ser um volume agressivo em duas águas com cumieira ortogonal à rua.

- Os "estilos do Sr. João Sampaio"; para casas mais nobres, reproduziu os recursos já conhecidos do neoclássico no Brasil. Para as construções populares utilizou o conjunto geminado de casas elevadas do solo, com telhado integrado de cumieira paralela à rua. A Implantação seguia no alinhamento do lote.
- O "estilo do Sr. Jordano Alves Vilela"; casa implantadas no alinhamento do lote, com recuos dos dois lados, com entrada simples ou com varanda de um dos lados e com cobertura mais complexa onde se destaca um frontão que ocupa metade da fachada.
- O "estilo do Sr. João Quirino"; casas com implantação no alinhamento do lote, com recuos dos dois lados, com telhado em quatro águas e com o uso às vezes da pratibanda, nesse caso mais que nos outros quando se usa a varanda, ela se encontra embutida no corpo da construção.

Do resultado final desse período, observamos ainda o seguinte:

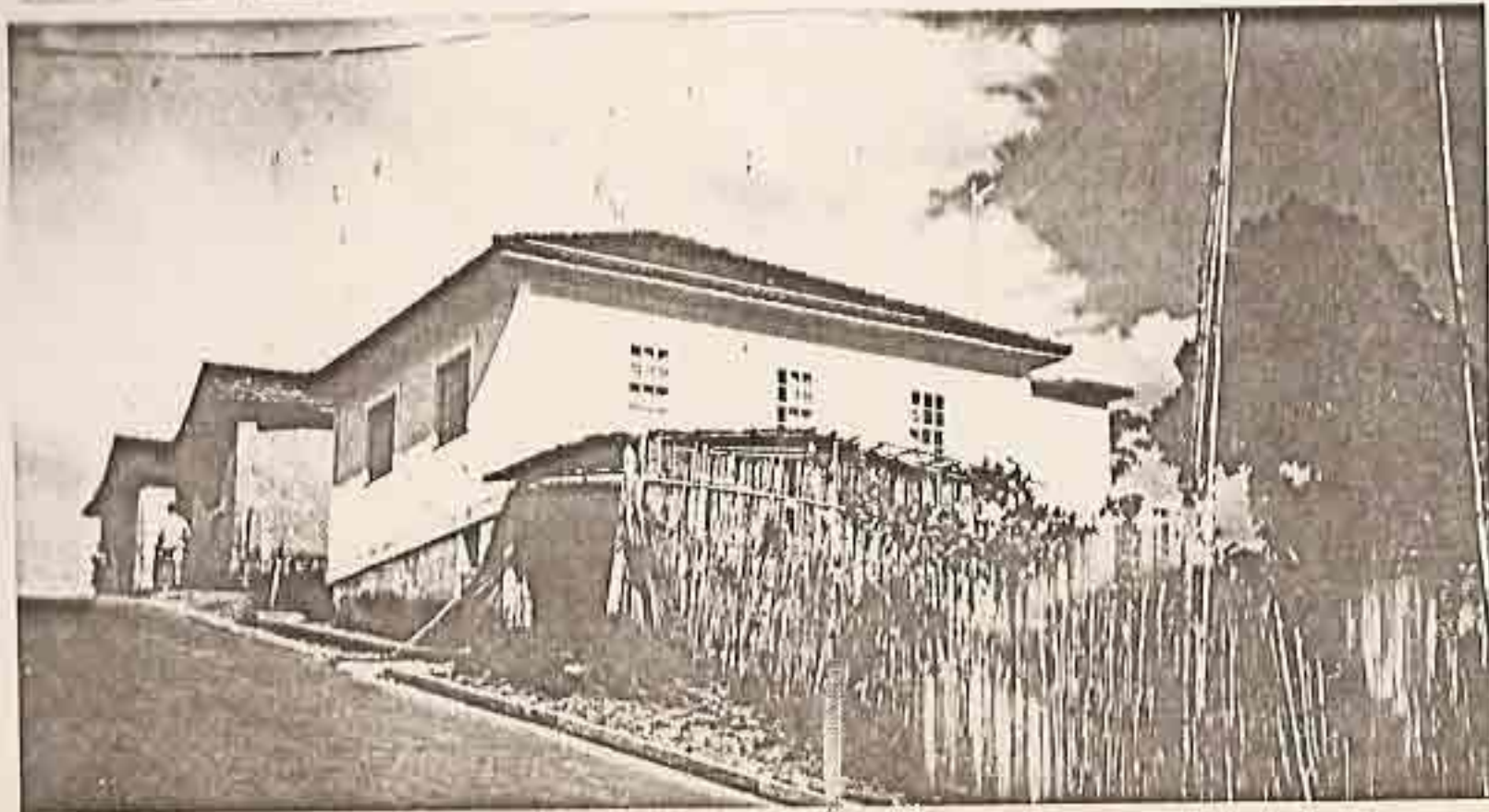
A área urbanizada cresceu, partindo da rua mais antiga (atual Av. Ministro Barbosa Lima) e subindo pelas ruas que levam à igreja do Bom Jesus Do Livramento e de Nossa Senhora Aparecida, nesses casos de forma menos adensadas e com intervalos de espaços vazios entre as residências. Somente o cron



③ - O ESTILO JORDANO ALVES VILELA



④ - O ESTILO JOÃO QUIRINO



cimento que aconteceu na própria Av. Ministro Barbosa Lima é que permaneceu mais denso, apesar da existência dos recuos laterais nas construções feitas nesse período, talvez pelo fato de que é nessa avenida que se desenvolveu ainda mais o comércio; fenômeno esse que continua acentuando ainda hoje.

Do ponto de vista das construções, abriu-se perspectivas para a utilização de modelos diferenciados, não comprometidos com a idéia de conjunto. Portanto, se podemos afirmar que do ponto de vista individual, as construções tornaram-se mais ricas e livres em suas plantas e volumetria; do ponto de vista urbanístico houve uma fragmentação impossível de ter qualquer coerência e impossível de ser apreendida no conjunto, perdendo assim a identidade e relegando o espaço coletivo e a visão de conjunto, no mesmo nível da visão existente sobre a propriedade pública e o uso dos espaços coletivos; ou seja: quase nenhuma.

MINAS GERAIS



SENDO DAS
PENETRAÇÕES
SERRAS.

maior parte dos casos, constituíram as vilas e as cidades atuais.

Assim foi que, diferente do que aconteceu no resto do Brasil até então, Minas nasceu com agrupamentos de pessoas não voltadas prioritariamente ao cultivo ou exploração vegetal da terra e sim, criando condições desde o início, para que surgisse juntamente com a exploração mineral, um mercado paralelo de alimentos. Portanto, nasce já quase que totalmente urbana.

Sabemos que as terras brasileiras pertenciam à Confraria da Ordem de Cristo, cujo Grão Mestre era o Rei de Portugal e que sua partilha e cessões eram feitas através do sistema sesmarial colocado sob controle dos Capitães Gerais, cabendo-lhes ainda a prerrogativa de fundar as vilas. Temos maior clareza hoje, que de uma forma geral, as vilas eram erigidas para atender diversas situações, entre elas destacamos aqui pelos nossos interesses imediatos, o seguinte:

- Para a ereção da vila era necessário a seção de parte das terras de uma ou mais sesmarias, que eram cedidas a determinado santo devoto, constituindo assim o patrimônio religioso, a Capela. Este fato, sendo entendido sob os pontos de vista da ordem sesmarial existente, podia significar que aquelas sesmarias estavam em pleno desenvolvimento. Portanto a cessão do patrimônio religioso, contribuía para que os "sesmeiros" que assim o fizessem, tivessem melhores olhares dos Capitães e daqueles que os fiscalizavam, sendo facilitado assim as cessões das glebas sob seus cuidados, por outros períodos de tempo, sem correrem o risco de que elas voltassem aos cuidados da corôa.

6 - DE 1939 (DATA DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA)
ATÉ 1947 (DATA DA INSTAURAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL).

O decreto lei estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, elevou a município de Liberdade, o até então distrito do Livramento e cujas solenidades cívicas de comemoração deviam ser realizadas nos dias 1º de janeiro de cada ano (Jornal Minas Gerais de 20/12/1938). Ficaram ainda pertencendo ao município os distritos De Passa Vinte e de Arimatéia (atual Bocaina de Minas).

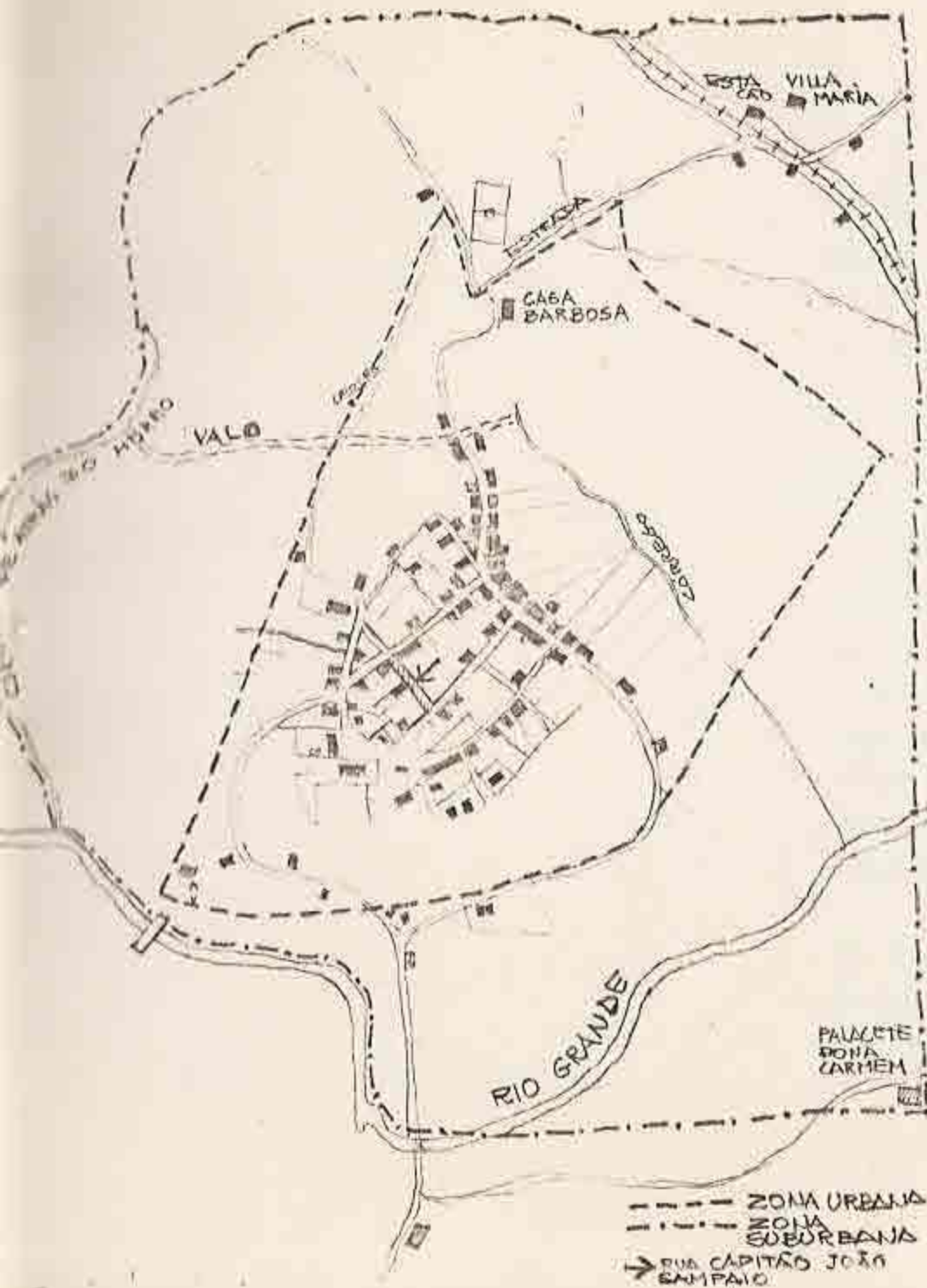
A 27 de dezembro de 1938, foi nomeado pelo governador do estado de Minas Gerais (Dr. Benedito Valadares) o Dr. Pitágoras Barbosa Lima, para o cargo de prefeito do município de Liberdade, em comissão, a fim de governar o quinquênio de 1939 a 1943.

Esse período marca a tomada do controle administrativo da cidade, pelas pessoas do lugar, particularmente por aquelas que mais lutaram pela sua emancipação e que possuíam maiores influências políticas a nível nacional. Assim foi que coincidindo com o período da ditadura de Getúlio Vargas, o primeiro prefeito de Liberdade foi nomeado e foi o filho do Ministro General Dr. João Paulo Barbosa Lima.

Nesse período, coube ao prefeito todas as formulações de decretos leis municipais, entre elas as que nos interessam no nosso tema, ou seja:

. Decreto Lei Nº 2 de 15/02/1939, que estabeleceu o código de posturas municipais, adotando provisoriamente a legislação do município de Aiuruoca.

. Decreto Lei Nº 14 de 07/10/1939, delimitando a zona urbana e suburbana da cidade, que agora engloba as chácaras re



feridas do período anterior.

. Ficou ainda sobre seu controle, as regras sobre o parcelamento e o controle do solo urbano.

A importância maior desse período foi basicamente para:

- . Implementação de alguns serviços públicos até então inexistentes, como:
 - . a cadeia (doada oficialmente em 23/10/1940)
 - . grupo escolar (doado oficialmente em 09/12/44)
 - . doação oficial do pavilhão de festas à igreja
 - . concessão ao Sr. Oity Lage da exploração da luz elétrica local (31/05/39), inaugurada em 29/02/1940.
 - . inauguração da navegação do Rio Grande (15/11/1939).

. Tomada de consciência cívica da municipalidade e a consequente formação de agrupamentos políticos, que até hoje seguem o quadro formado naquele período, ou seja: os que apoiavam o regime nacional vigente e aqueles que se opuseram ao regime ditatorial e exigiam maior democracia.

. Começa a tentativa de corrigir o que havia acontecido indiscriminadamente no período anterior, em relação a organização do solo urbano. Assim surge a primeira lei com essas preocupações;

Decreto Lei Nº 41 de 1944, que declarou de utilidade pública, para fins de ser desapropriado em Juízo ou fora dele, um terreno com a casa nele existente, medindo 280 m2, de propriedade do Sr. Santini de Oliveira, situado

na rua capitão João Sampaio, nesta cidade.
Parágrafo único - O imóvel a ser desapropriado, destina-se ao alargamento e alinhamento da rua onde se acha situado.

Constatamos que no Livro de Inventários da Prefeitura ' de 31 de dezembro de 1939, na parte relativa aos bens imóveis da prefeitura, não consta nenhuma propriedade na sede do municipio e no Livro de 31 de dezembro de 1944, somente constam ' um terreno na rua João Sampaio e outro no centro da cidade.

Concluimos, pelo exposto que, apesar da existência da delimitação ^{da} zona urbana e suburbana da cidade, não estava claro para o prefeito, qual era a parcela de terras de domínio público e de domínio privado na cidade. Fato é que pelo que ex-pomos, na área urbanizada até então, só restavam os dois lotes' mencionados em 1944. Estes fatos demonstram a total negligên-cia do poder público do período anterior e a total falta de perspectiva de ações relativas a dotar a cidade de espaços ' condígnos do governo desse período, perante a realidade das investidas que aconteceram, da propriedade privada sobre o espaço urbano.

Do ponto de vista das construções desse período, pouco' se realizou, e o que foi feito manteve os padrões anteriores, seja do parcelamento do lote, da suas formas e dimensões, se-ja dos partidos arquitetônicos adotados.

7 - DE 1947 ATÉ A DÉCADA DE SESENTA:

O ano de 1947 é marcado pela realização da primeira eleição direta para prefeito e a câmara municipal de Liberdade. "Fatos esses que levaram a que a administração e o legislativo se dedicassem a tentar responder os problemas de diversas naturezas a que a cidade estava submetida; principalmente tentar conseguir os seus espaços físicos e às diversas questões relativas à melhoria das infra estruturas urbanas, como demonstram os projetos:

- . Nº 76 de 20/06/1950; sobre a aquisição do manancial de propriedade de dona Carmem de Los A'ngeles Lupene Duque.

- . Nº 83/A de 1950; compra de um terreno para a construção de um aeroporto.

- . Nº 84 de 28/10/1950; autoriza a construção do matadouro municipal.

- . Nº 88 de 1950; construção da caixa d'água na praça da Matriz (caixa elevada).

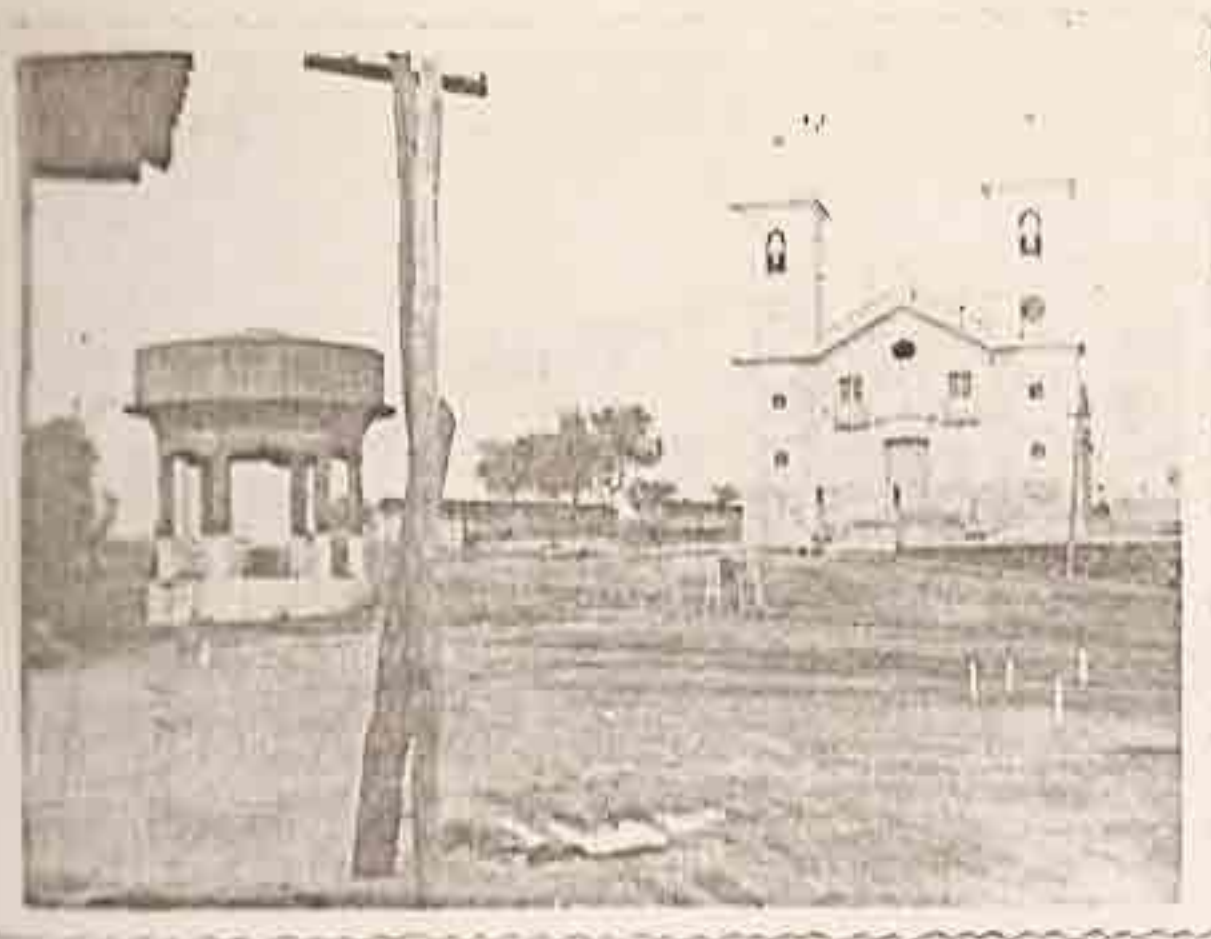
- . Nº 92 e 93 de 1950; sobre a criação do serviço de saúde pública.

- . Nº 97 de 1951; autorização para a compra do prédio que servirá de sede do Paço Municipal. (a câmara funcionou de 1947 a 1952, no segundo andar do edifício força e luz).

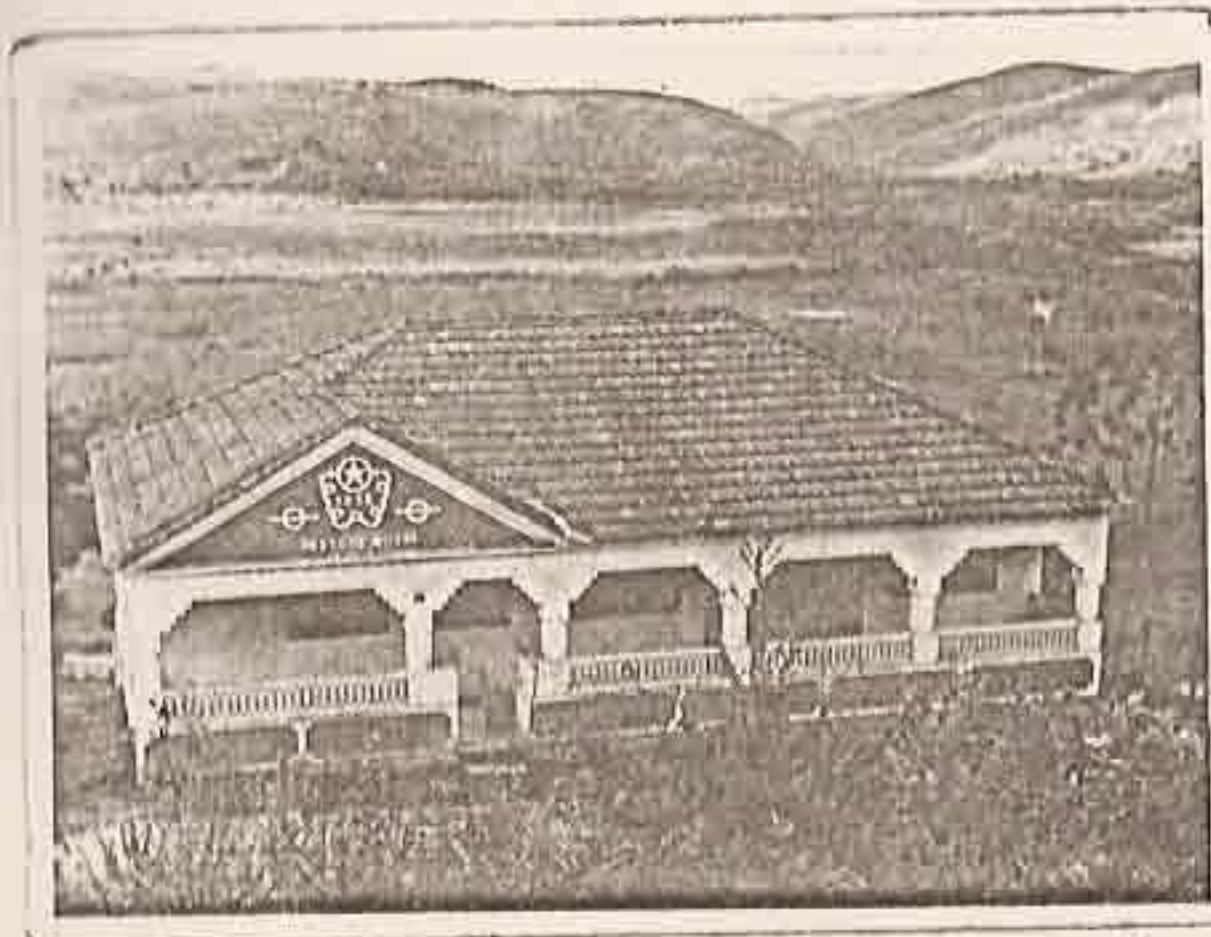
- . Nº 4 de 1952; sobre a conjugação de bomba e motor a gasolina para o abastecimento de água da cidade.

- . Nº 10 de 1952; autoriza a aquisição de outros imóveis.

Pelas leis anteriores, comprova-se que a prefeitura não possuía quase nenhuma reserva de áreas públicas para o mínimo que se pretendeu executar. Fato esse devido às questões estu-



CAIXA D'ÁGUA



POSTO DE SAÚDE

dadas nos períodos anteriores. Assim foi que o poder público' começou nesse período, sem muita objetividade ou planejamento de suas ações, a tentar conseguir alterar sua situação de me-ro espectador sobre a realidade do solo urbano, como podemos comprovar nas seguintes leis criadas naquele período:

LEI Nº 33 DE 21/11/1949.

título II

Da venda de terrenos do patrimônio municipal.

Capítulo I - Da venda em geral

Art. 25 - os terrenos pertencentes ao município e cuja di-
visão em lotes constar do plano de remodelação e extensão
da cidade e das vilas, aprovado na forma da lei, poderão
ser vendidos nos termos deste título, salvo aqueles que o
plano reservar a finalidades especiais, de interesse pú-
blico.

Parágrafo único - Enquanto a cidade e as vilas não forem
dotadas do plano de remodelação e extensão a que se refe-
re este artigo, poderão os terrenos de propriedade do mu-
nicipio ser vendidos em conformidade com a planta cadas-
tral existente, desde que não sejam necessários ao servi-
ço público, e observados as disposições deste código.

Art. 26 - Os terrenos dos logradouros públicos, assim co-
mo qualquer imóvel de uso comum do povo, não poderão ser
alienados, a não ser que condições particularíssimas impo-
nham a medida.

Parágrafo único - A alienação, nesse caso, somente poderá
ser efetuada mediante lei especial que retire os imóveis
do uso comum do povo, transferindo-os para o domínio pri-
vado do município.

Art. 27 - Os lotes a que se refere este título não terão
área inferior a trezentos e sessenta metros quadrados e,
tão pouco, frentes inferiores a doze metros e superiores
a 22,50 metros, salvo nas esquinas ou travessas.

Art. 28 - Exceto na hipótese do art. 30, a nenhum interes-
sado se venderá mais de um lote, quer na zona urbana, quer
na suburbana.

Art. 29 - O adquirinte é obrigado a construir dentro de
dois anos, se neste prazo não o fizer, ficará sujeito à
multa anual de dez por cento sobre o valor da arrematação.

nos primeiros dois anos que se seguirem, e de vinte por cento nos demais.

Art. 30 - Em se tratando de construção que se destinem a fins industriais, culturais, desportivos ou de beneficência, poderá ser vendida área maior.

1º - Da planta cadastral constarão as zonas reservadas para as construções de que trata o presente artigo.

2º - No caso deste artigo, o arrematante pagará 40% do preço da arrecadação ao ser lavrado o respectivo auto, e o restante, em dez prestações iguais, no prazo de vinte meses.

3º - Se as construções não forem concluídas findo o prazo de três anos, ficarão os arrematantes sujeitos à multa anual de 20% sobre o valor dos terrenos, de acordo com a avaliação da época.

4º - Não se fará a venda de lotes urbanos a empresas industriais, quando se trate de estabelecimentos que produzam ruídos molestos, poeiras, incômodos, exalação desagradáveis e análogos inconvenientes.

Art. 31 - Em igualdade de condições com os demais licitantes, terão preferência para a compra de lotes situados na zona suburbana, observadas as disposições dos artigos 2º e 35 deste código, os pequenos trabalhadores rurais e operários que preencherem os seguintes requisitos até a lavratura do auto de arrematação:

- a) provarem ser operários ou trabalhadores rurais.
- b) terem boa conduta
- c) acharem-se quites com os cofres municipais.

1º - A venda de lotes suburbanos far-se-á com a entrada inicial de vinte por cento, sendo o restante pagável em 20 prestações mensais, iguais, contadas da data da arrematação.

2º - O direito de preferência poderá ser exercida até o momento da assinatura do auto de arrematação, mediante requerimento acompanhado dos documentos comprobatórios das condições enumeradas nas alíneas a, b, e c deste artigo.

Art. 32 - A prefeitura fixará vários tipos de casas econômicas com as necessárias requisitos de higiene e fornecerá o respectivo projeto gratuitamente aos interessados.

Art. 33 - A concessão de que trata o artigo 31 é extensiva a qualquer funcionário público com residência no município.

Art. 34 - As disposições deste código, relativas à venda de lotes, deverão constar da escritura.

Observamos que a lei anterior foi aprovada, já existindo uma delimitação da zona urbana e suburbana (lei Nº 14 de 07/10/1939). Porém, sem nenhum controle, por parte da prefeitura do que era terra pública e terra privada na cidade, fato este que só será regulamentado pela Lei Nº 157 de 26/06/1957, que dispõe sobre o patrimônio municipal:

A câmara municipal de Liberdade aprovou, e eu, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica a prefeitura Municipal autorizada a incorporar ao Patrimônio Municipal, a área territorial urbana e suburbana desta cidade, para os fins constantes dos artigos 25 a 41, dos títulos II e capítulos - I, II e III, do código de posturas municipal, pelo valor de Cr\$5000000 (cincoenta mil cruzeiros).

Parágrafo único - A área a que se refere o artigo 1º, não se compreende propriedades particulares nem lotes já edificados.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Liberdade, 26 de junho de 1957.

Com essa lei, a prefeitura adquire terras, porém periféricas à área já urbanizada. Permanece assim o problema de destinar e desenvolver espaços coletivos dentro da área já urbanizada, uma vez que toda ela se encontrava sob a propriedade privada. Assim só restava consegui-lo através da expropriação ou de doações, fatos esses que não ocorreram na escala necessária para dotar a cidade de um mínimo de espaços que a dignificasse sob o ponto de vista coletivo, seja nos usos ou na beleza que esses espaços poderiam proporcionar.

Nesse período a cidade encontrava-se economicamente estagnada. A base econômica continuava a ser a produção agrária.

auto suficiente e a maior parte das pessoas continuam a morar na roça. Assim, apesar de já se vir constatando a migração de colonos desde os anos vinte (Correio do Livramento 15/09/22 e 1/11/22) de Liberdade para outros centros e do campo para a cidade, esse fenômeno acontecia até os anos cinquenta em baixa quantidade. Assim, observa-se que a demanda por habitações urbanas quase não existia; ao ponto de constataremos a preocupação dos dirigentes daquele período com o fato da cidade não crescer, o que resultou em lei formulada pelo prefeito, o Sr. Joaquim Moreira Barbosa em 1951:

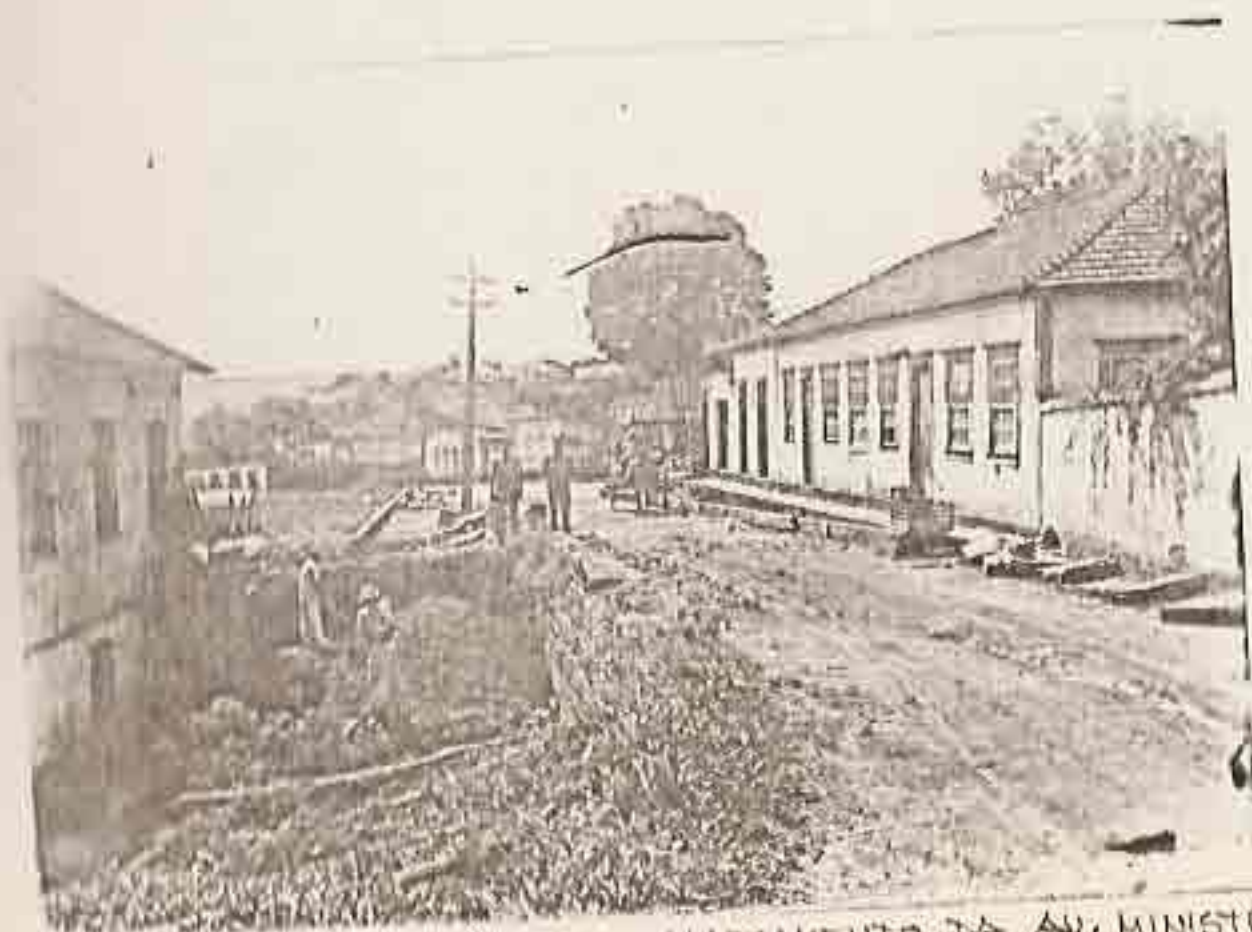
Projeto de lei Nº 98 de 1951 - Dispõe sobre insenção de tributos municipais pelo prazo de cinco anos, a todos os interessados que na sede deste município, queiram construir casas residenciais ou montar indústrias manufatureiras.

O fato é que nos anos cinquenta a cidade pouco cresceu, como a área urbanizada apresentava-se fechada sob o domínio particular, restou ao poder público as suas melhores realizações no setor das infra-estruturas urbanas, como:

- . A inauguração do matadouro municipal
- . A pavimentação da primeira rua (Av. Ministro Barbosa Lima)
- . Encampação da empresa concessionária do serviço de força e luz.

Ainda se investiu na tentativa de melhorar as condições paisagísticas da cidade :

- . Construção dos jardins na Avenida Ministro Barbosa Lima



ALARGAMENTO DA AV. MINISTRO BARBOSA LIMA.



SAVINGTON 2A AV. WILSON
EASTON, ILL.



INAUGURAÇÃO DO CALÇAMENTO
E JARDINS.



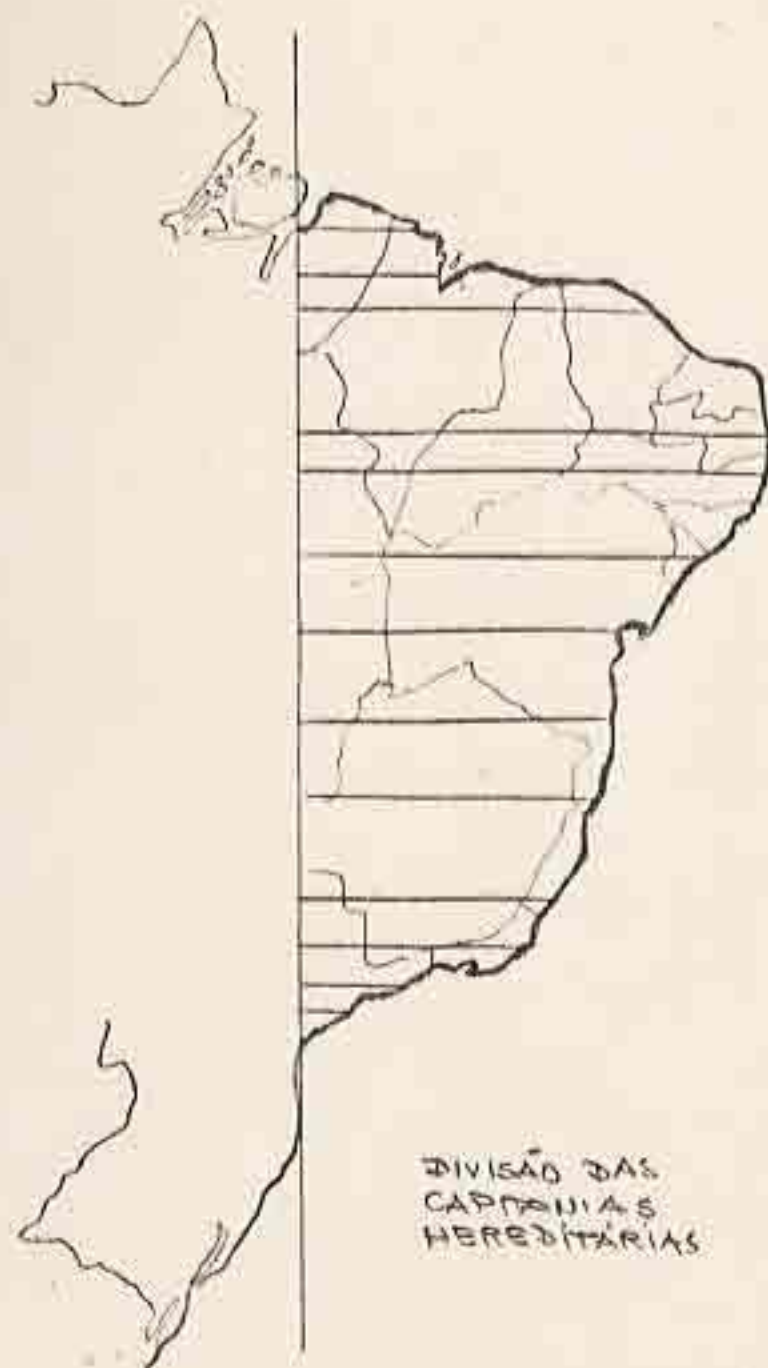
INAUGURAÇÃO DO MATA
DOURO MUNICIPAL.

ma.

- . Lei Nº 133/ de 21/11/1955 - Autorização da construção do busto do Ministro Dr. João Paulo Barbosa Lima.
- . Projeto de Lei Nº 3 de 12/11/1951; que autoriza a construção da praça da Matriz. (O projeto foi aprovado mas não mereceu do poder local a atenção à altura da dignidade daquele espaço, pois nada foi realizado).

Outra característica fundamental que nasceu nesse período, quando se afirmavam as classes dirigentes locais e que permanece até hoje, foi que a vida social do município foi marcada pelas lutas das facções políticas que se formaram. Estabeleceu-se assim uma competição raivosa na escala do poder, que foi disseminada em toda a comunidade e que trouxe grandes prejuízos, seja no convívio social que não foram superados ainda hoje, seja pela destruição de algumas das poucas obras públicas significativas de todos os tempos, simplesmente por revanchismo e pela oportunidade de ocultação das realizações anteriores. Dessas perdas destacamos:

- . Destruição do monumento do centenário da independência aprovado em 15/09/22.
- . Retirada do busto do Dr. João Paulo Barbosa Lima.
- . Destruição do antigo chafariz do cruzamento da atual Av. Ministro Barbosa Lima e Cel. Carlos Giffoni.
- . Destruição dos jardins centrais da av. anterior.
- . Destruição de placas de inaugurações de obras (CEMIG etc).
- . Ocupação pelo escritório da COPASA do antigo Coreto



- A constituição da vila através do patrimônio religioso, resolvia de imediato as questões relativas à demanda de espa-
ços e habitações, para aquelas pessoas que não tinham condi-
ções perante as leis estabelecidas, de conseguirem as ces-
sões das sesmarias. Assim, através da cessão de lotes urbanos
feita pela "Capela", amenizava-se os conflitos entre os "ses-
meiros" e a mão de obra estabelecida, que de uma forma ou de
outra necessitava de local para morar.

Portanto, a ordem geral no Brasil, pressupunha primei-
ro a seção e demarcação das sesmarias que eram cedidas a a-
quelas pessoas que preenchiam as condições pré fixadas, so-
mente depois é que atendendo às necessidades das demais e os
conflitos de posse das terras, é que se erigiam as vilas.

Nota-se que em Minas a situação se diferencia, no iní-
cio, do Brasil litorâneo de então, nos seguintes aspectos:

- A região encontrava-se até o início do séc. XVIII sem qual-
quer iniciativa de colonização oficial. Isso porque o siste-
ma de cessão de sesmarias, por diversos motivos que não va-
mos relatar aqui, se deu no sentido da ocupação do litoral
para o interior. O que fica claro até mesmo pela forma como
se dividiu as capitâncias hereditárias; assim privilegiou-se
desde o início a "testada". Com isso, constata-se que por a-
proximadamente dois séculos a ocupação do território brasi-
leiro se deu apenas no litoral.

- A descoberta de ouro em Minas, alterou radicalmente o ve-
tor das maiores iniciativas dentro da colônia. Com isso,
grande contingente de pessoas irão se deslocar para aquelas
áreas até então não desbravadas e não parceladas.

sob a caixa d'água da praça da Matriz.

8 - DE 1960 ATÉ 1980.

Os últimos anos da década de cinquenta e todo o período que vamos analisar, foram marcados profundamente pela evasão' de colonos e pequenos fazendeiros das fazendas para a cidade' e para outros centros industriais emergentes, principalmente' para o vale do Paraíba. Estes fluxos intensos contribuíram pa-
ra que dois fatos transformassem as características do municí-
pio, foram eles:

. O abandono massivo do trabalho no campo, com a subsequen-
te estagnação da produção rural e a transformação do regime '
de economia agrária autosuficiente. (não aprofundaremos aqui
este item).

. A vinda para a cidade de colonos e fazendeiros, fazendo
crescer a demanda por lotes e habitações populares. Este fato
foi a causa das maiores transformações deste período da cidade
e são sobre elas que nos cncentraremos agora.

Essa demanda significou pelos seus aspectos quantitati-
vos e também no fato de se concentrar sobre uma camada mais '
pobre da população, algo ainda não imaginado na cidade. Assim
pelo que constatamos, o poder público teve que correr a ten-'
tar se adequar a essa realidade, é isto, que queremos enfati-'
zar no que se segue:

. Já existia desde 1939, através do Decreto Lei Nº 14, uma

delimitação da zona urbana e suburbana da cidade.

- + Não havia ainda nenhuma regulamentação sobre as terras públicas, e a zona urbanizada estava toda em mãos da atividade privada.

. A Lei Nº 33 de 21/11/49; descrita no capítulo anterior, já apresentava algumas condições claras para a expansão da cidade; entre elas destacamos:

- + Pela primeira vez constava uma determinação de uma metragem mínima de trezentos e sessenta metros quadrados, 12 metros de frete mínimos e máximo de 22,50. Dimensões essas reduzidas se compararmos com a realidade do parcelamento do solo anterior a essa lei.
- + A preferência para compra de lotes para trabalhadores rurais, operários e funcionários públicos se deu na então zona suburbana.
- + Constava nessa lei a idéia de um plano de remodelação e extensão da cidade e das vilas e enquanto a cidade e as vilas não fossem dotadas desse plano, poderiam os terrenos de propriedade do município serem vendidos em conformidade com a planta cadastral existente, desde que não fossem necessárias ao serviço público e observadas as disposições em contrário.
- + Constava também que na planta cadastral constaria as zonas reservadas para : fins industriais, culturais, desportivos ou de beneficência, podendo para esses fins serem vendidas áreas maiores.

Dessa lei devemos afirmar que nem o plano de remodelação, nem a planta cadastral constando o tal zoneamento existiram.

. Somente com a Lei Nº 157 de 1957, que dispõe sobre o patrimônio municipal é que a prefeitura definiu quais eram as terras públicas da cidade.

+ É importante ressaltarmos que a grande demanda de terras urbanas, ocorrida desde o final dos anos cinquenta, deve ter influenciado o poder público para a execução da lei anterior, pois foi somente após a aprovação dela que se regulamentou e esclareceu as interferências das outras duas citadas anteriormente.

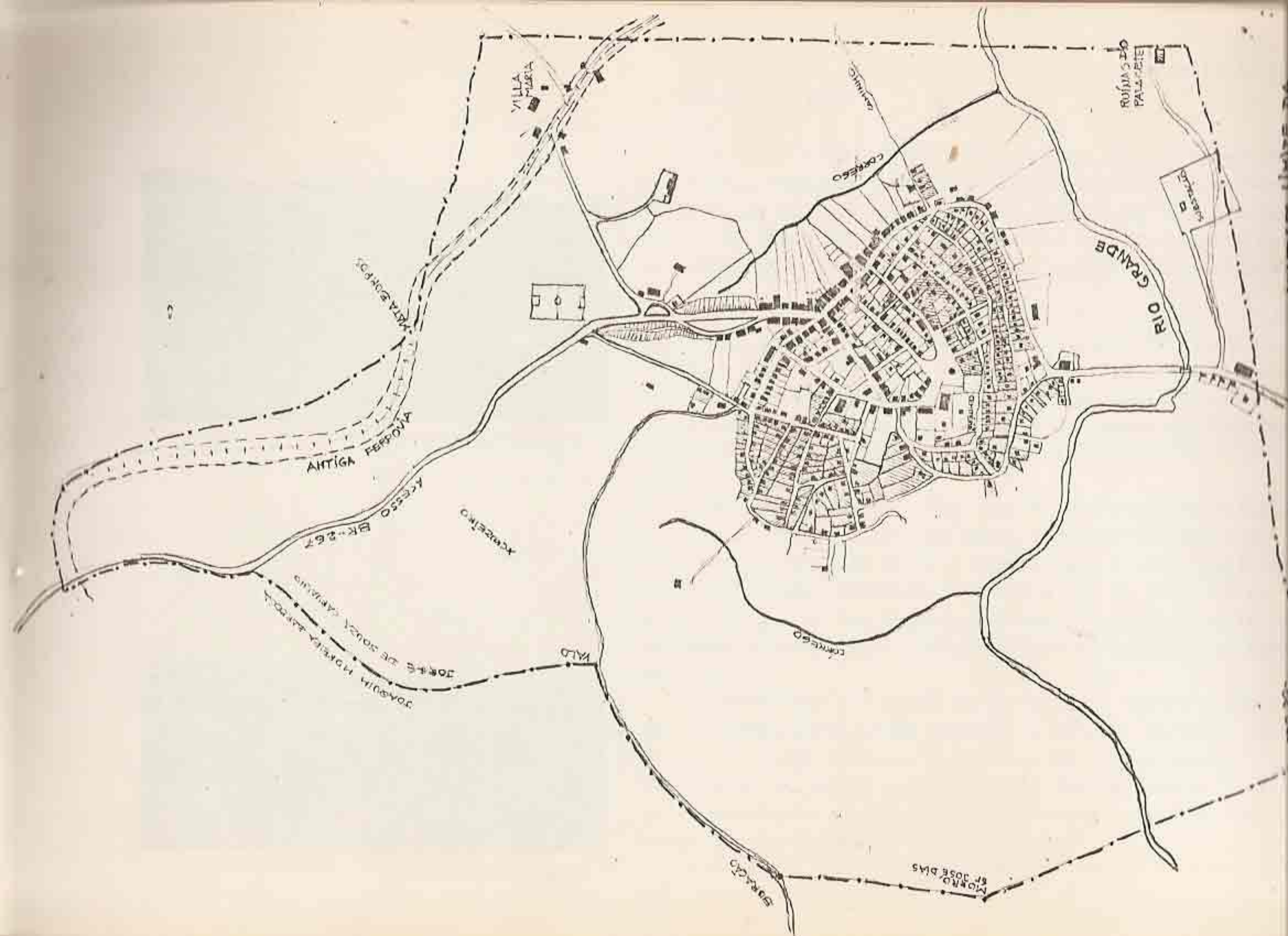
Outras Leis foram aprovadas com o nítido sentido de atender à demanda desse período:

. Lei Nº 197 de 02/05/1960; faz doação oficial do terreno pertencente à prefeitura ao asilo São José da conferência de São Vicente de Paula.

. Lei Nº 213 de 28/02/1961; dispõe sobre doação de terrenos devolutos localizados nos perímetros urbano e suburbano.

. Lei Nº 286 de 10/11/1964; dispõe sobre loteamento de terreno urbano (esse loteamento só foi executado nos anos oitenta).

. Lei Nº 570 de 04/07/1977; regulamenta a lei Nº 213 de 28/02/61, que autoriza doação de terrenos pertencentes ao patrimônio municipal.





VISTA - BAIRRO SÃO JOSÉ



VISTA - CENTRO HISTÓRICO

. Lei Nº 585 de 23/02/78; dispõe sobre delimitação da zona urbana da cidade.

A legislação criada nesse período, deu ao poder público municipal, condições potenciais de intervir para resolver a realidade que se apresentou sobre a demanda de terras urbanas. Assim, do ponto de vista das questões do parcelamento do solo, do urbanismo e da arquitetura desse período, constatamos:

. A cidade cresceu principalmente ao redor da área já urbanizada, ocupou as encostas íngremes atrás do cemitério e também o bairro São José. Percebe-se que os lotes agora são menores e buscam em planta possuir maior racionalidade apesar da difícil topografia. É fato que sem existir um plano pré-concebido, a ocupação se deu aleatória, na medida da necessidade.

. A valorização da terra urbana, trazida pela maior demanda, fez com que acontecesse maior parcelamento dos lotes urbanizados no período entre a República e a emancipação política de Liberdade. Comprova-se assim o que se colocou, ou seja: A corrida que se deu naquele período pelas terras mais privilegiadas já continha a perspectiva de altos retornos econômicos.

. Percebe-se que agora tendo melhor controle das terras que se urbanizaram nesse período, e podendo portanto melhor pensar o espaço público, o que somente se privilegiou foram os espaços privados; nenhuma praça, nenhum jardim, nenhum largo, nenhum busto, nenhum coreto, nenhuma rua digna foram concebidos e implantados.

. Mais uma vez foi nas infra-estruturas urbanas, pelo



~ LIBERDADE - M.G. - HOSPITAL ~



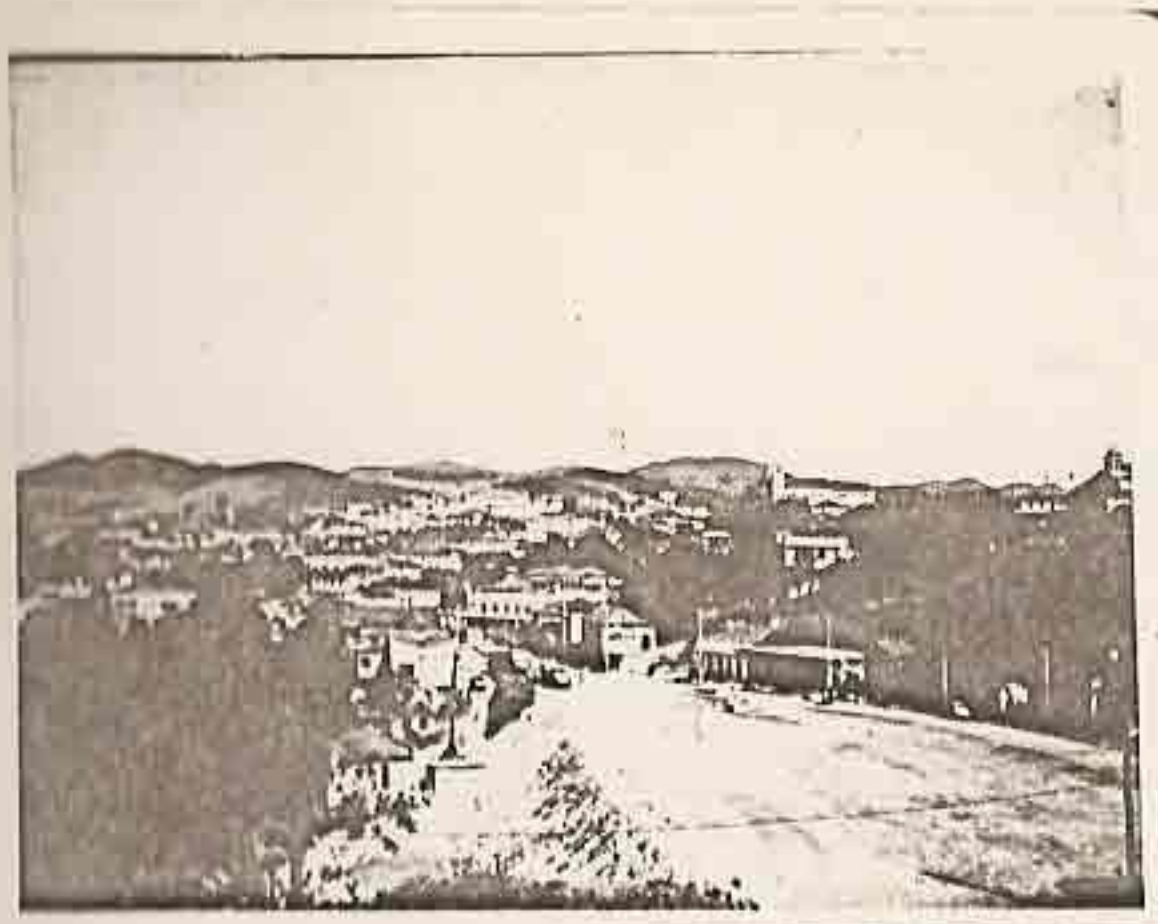
- LIBERDADE - M.G. - GINÁSIO -

seu caráter pragmático e quase sempre eleitoreiro a curto prazo, e que recaíram as melhores realizações desse período, entre elas queremos citar:

- + Lei Nº 457 de 20/02/73 - Autoriza calçamento de ruas e avenidas, abertura e calçamento de praças. (realizou-se varias aberturas e calçamentos de ruas, mas novamente a praça da Matriz foi lembrada e não dignamente tratada)
- + 09/09/1973 - inauguração da CEMIG.
- + Lei Nº 489 de 16/10/73 - autoriza doação de terreno à TELEMIG.
- + 04/10/76 - Doação do terreno para a construção do Ginásio atual.
- + 1976 - Construção da subestação de Liberdade.
- + 1976 - Construção do prédio = atual ginásio.
- + 1977 - inauguração da BR-267.
- + 1980 - inauguração da linha de ônibus regular a Juiz de Fora.

Queremos destacar aqui, outras obras realizadas nesse período:

- + 21/09/65 - Doação feita ao estado pela sociedade mantenedora do ensino médio gratuito do setor de Liberdade, do prédio (primeiro) para o funcionamento da Ginásio Estadual Frei José Wulff.
- + Lei Nº 309 de 28/11/66; Doação de um terreno para a construção de um grupo escolar.
- + Lei Nº 459 de 20/02/73; Fundação do primeiro hospital de Liberdade (Fundação Alto Rio Grande - que funcionou no casarão da família Barbosa).
- + Lei Nº 476 de 19/06/73; Cria biblioteca pública municipal Profª Adalgisa de Barros Mendes, que funciona no Gi



REMODELACÃO DA AV. MINISTRO
BARBOSA LIMA.

násio Estadual Frei José Wulff.

+ Lei Nº 459 de 20/02/73; que autoriza a arborização da cidade.

* De todo esse período, constatamos que a única obra executada com o "propósito" de remodelar a cidade, foi o prolongamento da Av. Ministro Barbosa Lima, mesmo assim percebe-se que só se valorizou o espaço de via carroçável, tornando-o inclusive rápido, sem portanto, conceber um projeto global do ponto de vista coletivo.

O LOTE E A ARQUITETURA :

Do ponto de vista da ocupação do lote, percebe-se nas construções desse período a tentativa de reprodução do padrão de auto-suficiência da cultura agrária anterior. Assim, introduz-se um programa complexo dentro de um espaço reduzido. Este fato levou o poder público a tomar algumas providências sobre alguns daqueles hábitos rurais transportados para a cidade, como:

- . Sobre a construção de chiqueiros, galinheiros e prisão de outros animais.

É preciso lembrar que mesmo antes desse período, essas atividades foram desenvolvidas em menor escala dentro da cidade, no entanto o problema não aparecia com gravidade porque, como vimos os lotes eram compridos inicialmente e depois largos e maiores; assim seus fundos foram utilizados para hortas e pomares além da criação de animais. No entanto, no período que estamos analisando, sendo os lotes menores, o problema se

agravou, pois nele foi implantado todos os hábitos rurais.

. Outro padrão desse período, que só será quebrado no final 'foi a utilização da casinha ou privada separada do corpo da casa, isso devido primeiramente à falta de água encanada que na medida que foi sendo instalada, integrou esse espaço à residência; mas principalmente à resistência cultural que existiu de essas famílias vindas da roça, onde quase sempre nem casinha 'se possuía, assim, até esse hábito chegou a ser usado na cidade, utilizando-se como banheiro os fundos dos lotes, porões etc

AS TIPOLOGIAS DAS CONSTRUÇÕES

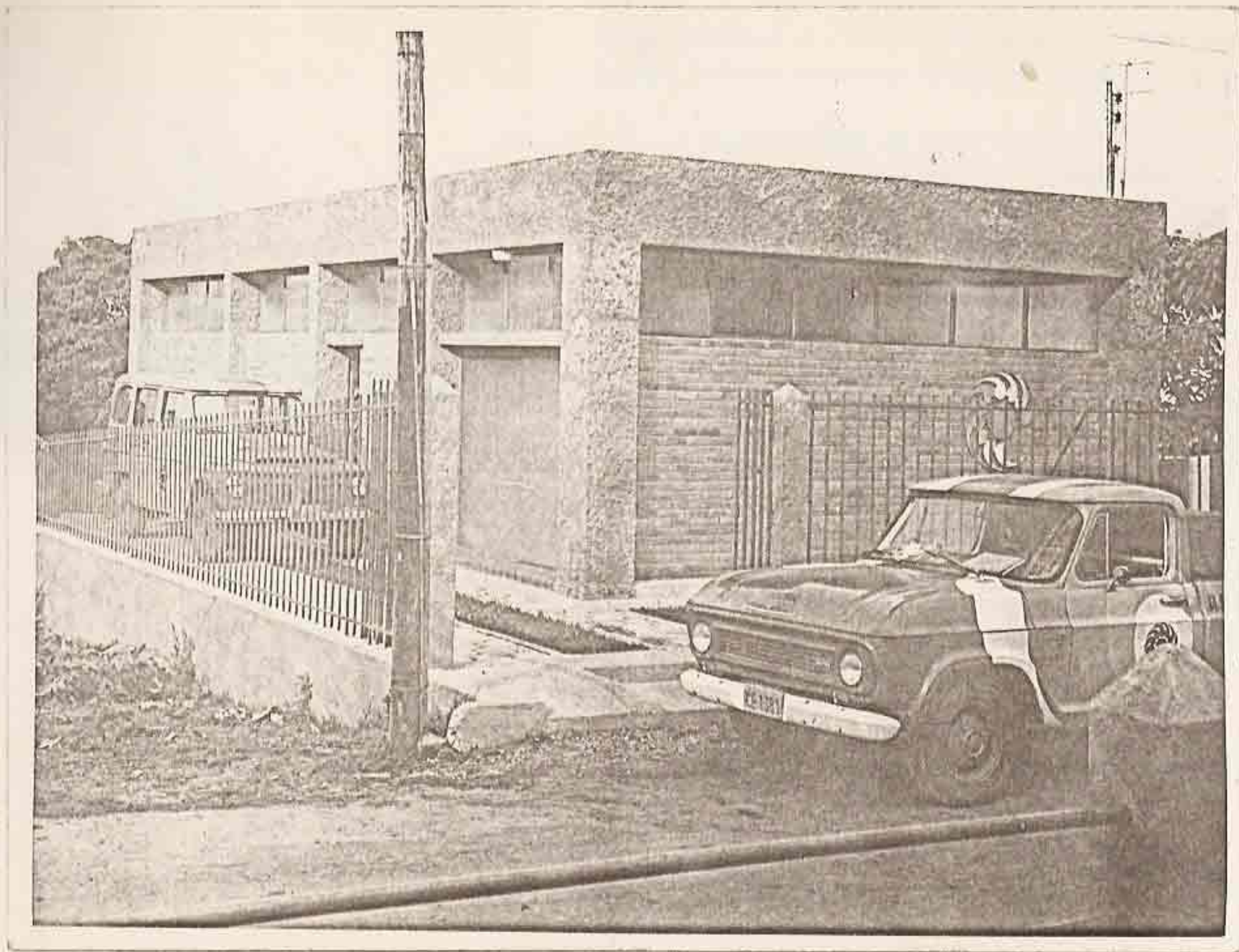
Podem ser assim classificadas:

. Os fazendeiros ou pequenos proprietários de terras , 'que encontravam-se em processo de decadência econômica e que ainda não possuíam residência na cidade, construíram-nas utilizando-se da repetição quase sistemática dos partidos arquitetônicos do Sr. Manuel Carrero, do Sr. Jordano e do Sr. João Quirino. Ainda, ~~foram~~ utilizadas como técnicas construtivas, as alvenarias de pedra para as fundações e de tijolos para os vedos e divisórias, quase sempre sem o uso de qualquer estrutura em 'cimento armado. Assim permaneceram o uso dos pisos e forros de madeira.

. Para aqueles que sofreram influências da forma como se construía nos centros maiores, geralmente comerciantes ou pessoas com alguma ligação cultural com aqueles lugares e ainda 'pela repercussão indireta mas importante do caso "Brasília"; começaram a usar de um repertório onde começou a se fixar as '



O PRIMEIRO EDIFÍCIO CONSTRUÍDO PARA SER
ESCOLA RURAL.



A TELEMIG.

- Diferente também, do que aconteceu no resto do Brasil, onde o latifúndio desde o início foi privilegiado, Minas nasce com a pequena parcela de terra onde cada um assumia-na por conta própria e dela tentava a fortuna. Deste fato presumi-se a existência de início de uma ordem local, não as oficiais, onde apesar dos evidentes conflitos, deve ter havido maior liberdade das ações individuais e um controle coletivo do parcelamento e do uso do espaço de exploração e de viver.

- Os pequenos povoados surgidos dessa procura do ouro, estiveram sujeitos, logicamente, a terem vidas tão longas quanto se pudesse explorar o tal mineral, assim foi que muitos deles não chegaram a se estabelecerem.

No processo de deslocamentos à procura do ouro, às vezes se utilizando da existência de antigas rotas indígenas, estabeleceu-se os primeiros caminhos no interior de Minas. Caminhos esses que serviram de direções para as primeiras estradas e até mesmo para as principais rodovias atuais.

Foi com essas características gerais, válidas para quase todos os povoados mineiros daquele período, que acreditamos ter surgido também o povoado do Bom Jesus do Livramento, atual Liberdade e sobre a qual nos fixaremos daqui para a frente.



A IGREJA E A CASA DO SR.
TARCÍSIO FONSECA.

novas técnicas e a abandonar os estilos mais consagrados do lugar. Podemos destacar fruto desse quadro, o seguinte:

- . A substituição da cobertura de telhas de barro pelo uso indiscriminado de lajes não impermeabilizadas.

- . Abandono da utilização de elementos decorativos como a pratibanda ou faixas recortadas margeando janelas e portas

- . Menor utilização dos porões com maior planificação dos terrenos, aumentando cortes e aterros.

- . Começa a massificação da construção da garagem acoplada à residência.

- . Este é o único caso onde as construções se recuam no lote, esporadicamente.

- . Prolifera a adoção das estruturas em concreto armado, mas somente nas construções das obras públicas, cujos projetos foram de fora, esta técnica pode ser melhor valorizada.

* Nos dois casos anteriores houve uma massificação dos usos dos vitrauxs tipo basculantes para a cozinha e tipo de correr para salas e quartos.

- . Para as habitações mais simples executadas por antigos colonos de fazendas podemos observar:

- . No início adotaram uma solução particular, pois suas implantações nos lotes se deram deixando recuos frontais. Temos certeza que isso se deveu não a qualquer influência mais erudita e sim à permanência cultural da implantação da casa de co-

lonos rurais. Assim, percebemos que essas famílias não encontraram grandes dificuldades em adaptar-se em construir nos lotes pequenos que lhes foram oferecidos, uma vez que pouco diferiam das glebas de terras rurais onde viviam anteriormente. Fato que comprova isso é a riqueza e a liberdade da utilização dessas áreas onde não haviam quase nenhuma segregação ou criação de zonas bem definidas nas suas ocupações, seja externa ou internamente às residências, assim foram cultivadas hortas, jardins e árvores frutíferas na frente ou nos fundos dos lotes e ainda, utilizando-se de uma grande sobreposição de funções chegaram a utilizar as salas como dormitórios, e cujas "poltronas" durante as visitas eram as mesmas camas de jiraus de bambu onde se dormiam.

Logo em seguida essas construções foram adquirindo características do que era comum na cidade, ou seja, suas implantações se deram nos alinhamentos dos lotes e se adaptaram às formas mais convencionais da organização das casas urbanas, demonstrando as influências que a vida urbana impôs a aquela forma de vida anterior.

* Por último queremos destacar aqui o que ocorreu nesse período com o complexo de espaços do entorno da praça da Matriz, que bem ilustra as questões principais que estamos analisando.

HISTÓRICO

- Como toda a área urbana, inicialmente esse complexo de espaços, pertenceu ao Patrimônio Religioso. Com a República Grande parte de suas áreas foram adquiridas pela proprieda-

. de privada através de requerimento levado até Aiuruoca.

. Até 1935 o entorno da praça não estava ocupado, só existia' eonstruído a antiga igreja do Bom Jesus e do outro lado, ' construída em 1930 a igreja de Nossa Senhora Aparecida.

. Em 1935 o Sr. João Sampaio conseguiu para a matriz, a doa-
ção da área onde se construíram as doze casas geminadas ("casi-
nhas"), que ficaram a cargo da administração da igreja, rece-
bendo um aluguel das famílias pobres que nelas foram morar.

. Em 1936 construiu-se do outro lado da praça, um galpão que'
tinha como função, servir como abrigo para romeiros, no entan-
to foi transformado em asilo e ficou sendo administrado pela
igreja e a conferência de São Vicente de Paula.

. No entorno da praça, a igreja recebeu ainda , doação de out-
ros lotes naquele período.

. Em outubro de 1972 a igreja já havia retirado todos os mora-
dores das casinhas para que elas fossem reformadas para abri-
gar as pessoas do antigo asilo.

. Em 27/12/1972; Houve a transferência do pessoal do asilo pa-
ra as casinhas e a subsequente demolição do antigo prédio do
asilo.

. 1975; Inicia-se a construção do asilo novo no bairro São Jo-
sé.

. 1º semestre de 1975; Inauguração do novo asilo e demolição
das antigas "casinhas" deixando os seus lotes vagos.

. 1977; Pe. Elias José Salén, assumiu a direção do hospital '
de Liberdade e no fim do ano fez constar no resumo dos auxili-
os contabilizados que encaminhou ao hospital o seguinte:

" Doação pela igreja de seis lotes (área das casinhas), para o hospital (Fundação Alto Rio Grande), que se comprometeu por escritura pública a reservar dois leitos para tratamento-internação, à disposição da Paróquia perpetuamente.

. 77 e 78; Venda pelo Hospital à atividade privada dos lotes recebidos da igreja.

. Início dos anos 80; Falência e fechamento do Hospital.

Do histórico, queremos concluir que:

. Esse complexo de espaços foi aquele que mais resistiu às investidas da propriedade privada até o ano de 1980. Resistiu, mas não impediu; assim foi que tendo parte perdida após 1889, foi recuperá-la através de doação nos anos 30 para fins de uso coletivo e para atender à demanda de habitação das classes mais pobres do lugar. Nos anos setenta, no entanto, atendendo às novas perspectivas de modernização da igreja e a tentativa de transformá-la em Basílica (o que se constatou no livro de tombo), aconteceu que:

- + A destruição das "Casinhas" atendia à necessidade de ampliação da praça. Para isso os doze lotes profundos foram reduzidos em seus comprimentos e alargados, sendo transformados assim em seis lotes.
- + Atendendo à necessidade econômica do Hospital, os seis lotes foram-lhe doados, ou melhor, em certa medida foram trocados por outro serviço coletivo que não vingou e



O QUE SUBSTITUIU AS "CASINHAS".



MAQUETE - O QUE DEVERÁ
SUBSTITUIR O ASILO

perdeu-se assim parte do patrimônio comum.

- + Os seis lotes foram vendidos à propriedade privada e neles foram construídas residências de vários gostos, perdeu-se assim parte do patrimônio coletivo e um conjunto de obras modestas nos seus detalhes e pormenores individuais, mas rico e forte em suas expressões e significado de conjunto.
- + Devemos considerar dessas alterações o seguinte: A demolição das "casinhas" e do asilo, visando a ampliação da praça e a construção do salão paroquial, significaram a maior tentativa de remodelar e de dignificar aquele complexo de espaços. Assim mais uma vez, é a igreja que percebe a importância coletiva daquela área, o que não significa ao nosso ver o acerto no que foi feito, ao contrário parece-nos que apesar da intenção, serviu para mais destruir e descaracterizar um patrimônio coletivo sob diversos aspectos que não vamos aprofundar aqui.

* Sobre a praça da Matriz, queremos observar ainda que apesar de ter sido várias vezes lembrada pelo poder público, nunca mereceu efetivamente a distinção à altura de seu significado. Verificamos que a única intervenção mais consciente feita pelo poder público nesse espaço se deu nos anos cinquenta, quando substituiu a caixa d'água enterrada na praça, por uma que além da preocupação imediata de aumentar a capacidade daquela infra-estrutura, dotou a praça de um modesto coreto, aproveitando o espaço inferior da nova caixa d'água construída. Assim, apesar da locação comprometedora



A INVASÃO - PELO ESCRITÓRIO
DA COPASA

dessa caixa para com a praça, tentou-se minimizar sua interferência e até valorizar aquele espaço público. No entanto, no ano de 1982 com a inauguração da COPASA, absurdamente, o que antes era um coreto se transformou em escritório e a praça perdeu a única e pequena distinção que recebeu do poder público.

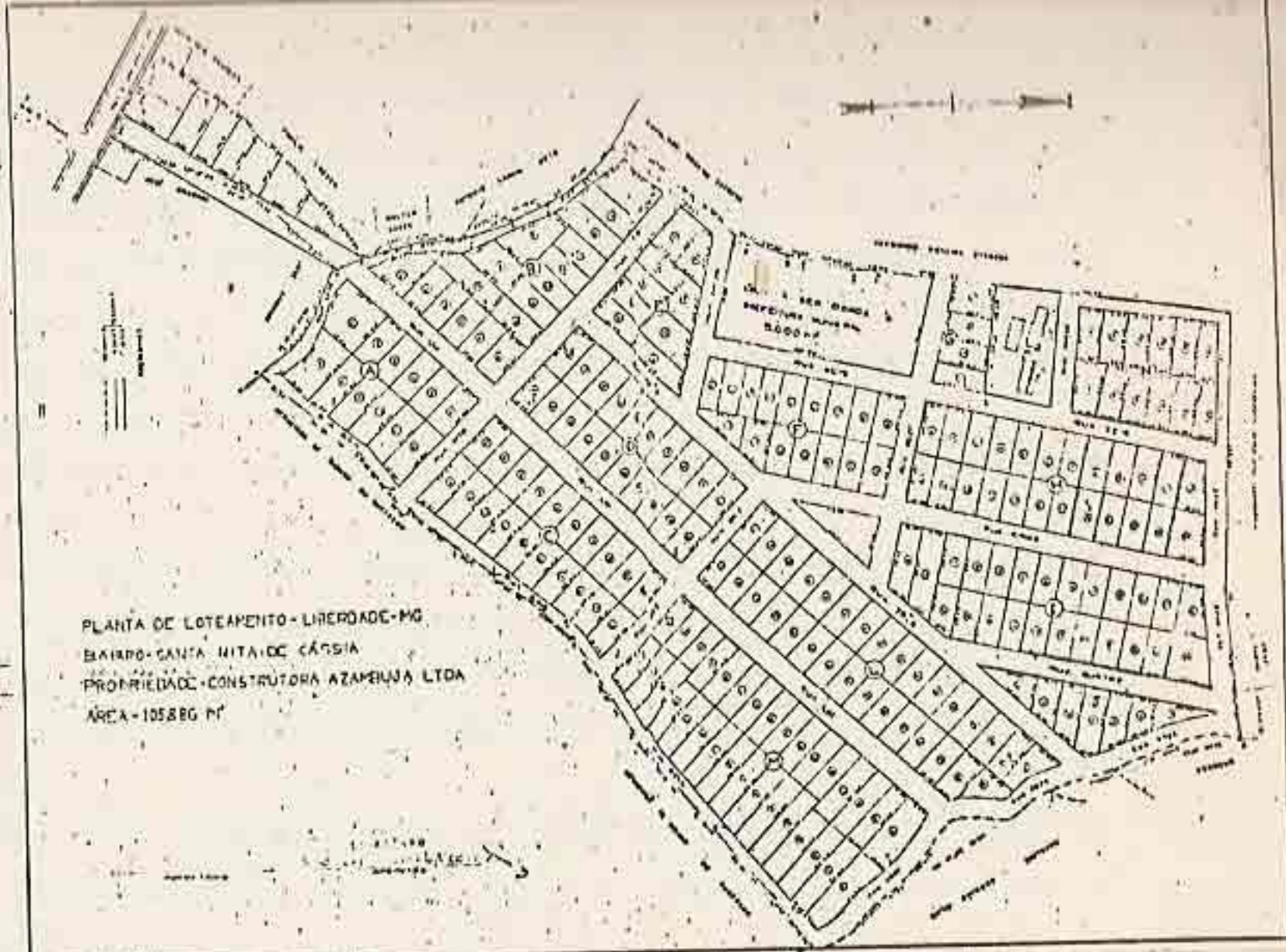
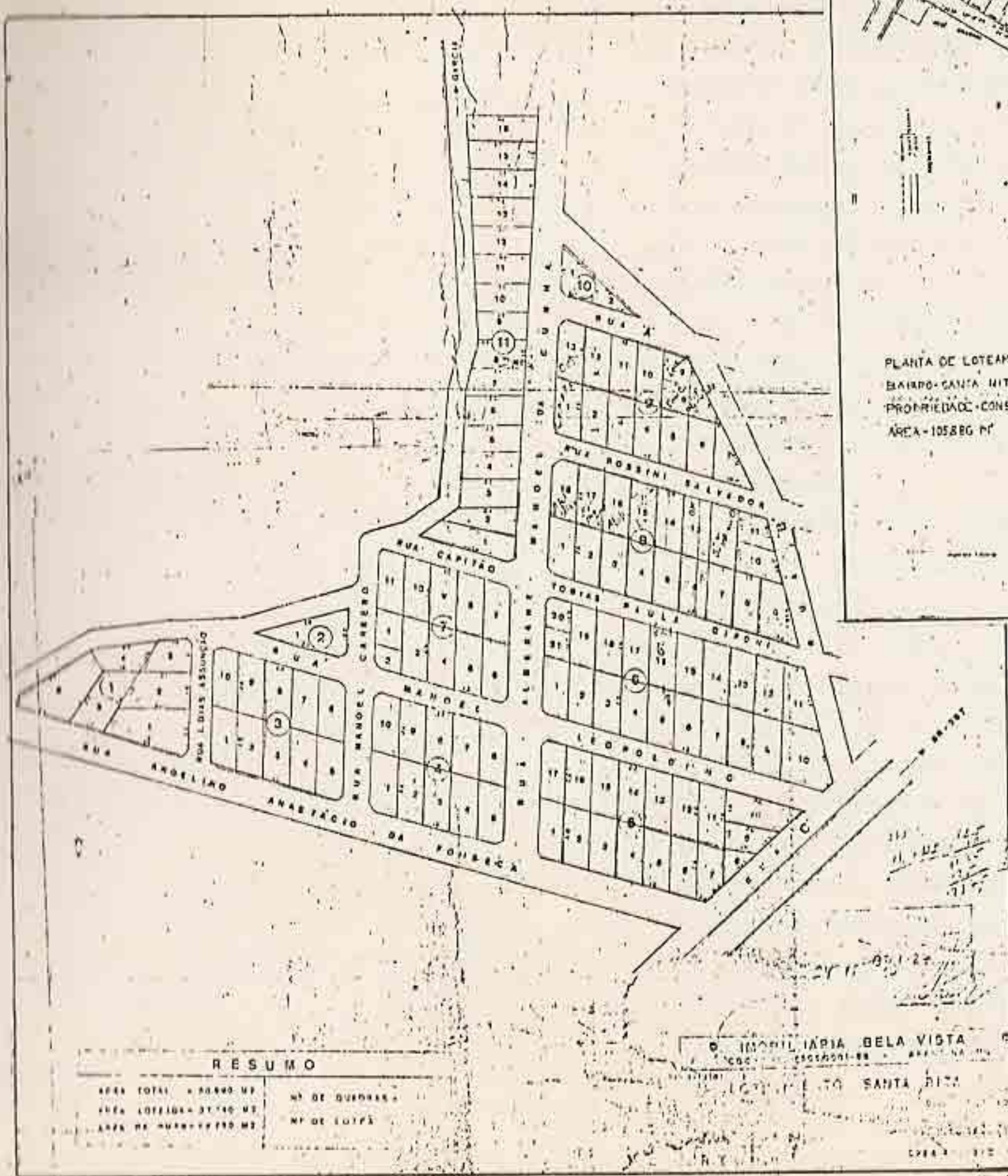
Por último, queremos enfatizar que um estudo aprofundado desse complexo de espaços, passará necessariamente por quase todas as questões relativas às transformações de diversas naturezas que a cidade sofreu historicamente. Nesse sentido, esse espaço contém um significado do ponto de vista cultural que transcende a riqueza e a qualidade já reconhecida da arquitetura original, das pinturas e esculturas do Santuário do Bom Jesus do Livramento.



A INVASÃO
PELO POVO

O final da década de setenta significou para Liberdade o momento de maior integração econômica, social e cultural com os centros maiores da região e com as principais capitais do país. Integração essa possibilitada pela construção da BR-267 e a ampliação e melhoria das condições de transporte da região, apesar de ter significado também a extinção pura e simples do transporte ferroviário implantado desde o início do século. Os fatores decisivos anteriores, aliados à migração da roça para a cidade e à chegada de pessoas de outros lugares, interessadas em visitar e comprar terras na cidade, e ainda o retorno de várias famílias que haviam saído da região, fez crescer a demanda por lotes e habitações urbanas que imediatamente se valorizaram. Esta demanda e valorização das terras foram logo constatadas e fizeram com que alguns proprietários antigos, investissem nos seus parcelamentos e vendas, possibilitando-lhes um grande retorno econômico sobre aquelas áreas, que haviam sido adquiridas quase gratuitamente após a proclamação da República e que haviam sido deixadas sem qualquer beneficiamento e que foram na sua maioria, transmitidas por herança até essa data.

Cientes dos fatos sociais e das possibilidades econômicas, o poder municipal e os proprietários de terras correram no final dos anos setenta e na década de oitenta a solucionar e a se aproveitarem da situação. Assim foi que surgiu pela primeira vez na cidade, um "plano" de loteamento; um desenho pré-concebido de aproveitamento de algumas áreas que se comparadas com a área urbanizada até então, era tão grande quanto a-



PLANO PARA O BAIRRO
SANTA RITA DE CASSIA

PLANO PARA O
MORRO DO CRUZEIRO

quela, mas pelo que pudemos verificar através das plantas , dos levantamentos e as pesquisas que fizemos; ao invés de ser um plano urbanístico, pensado também sob a ótica de destinar espaços significativos para a utilização e apropriação do coletivo da população, foi sem dúvida um plano para otimizar os ganhos de valor econômico privado, sobre as reais necessidades sociais do povo.

Das conclusões que apresentamos queremos deixar algumas evidências:

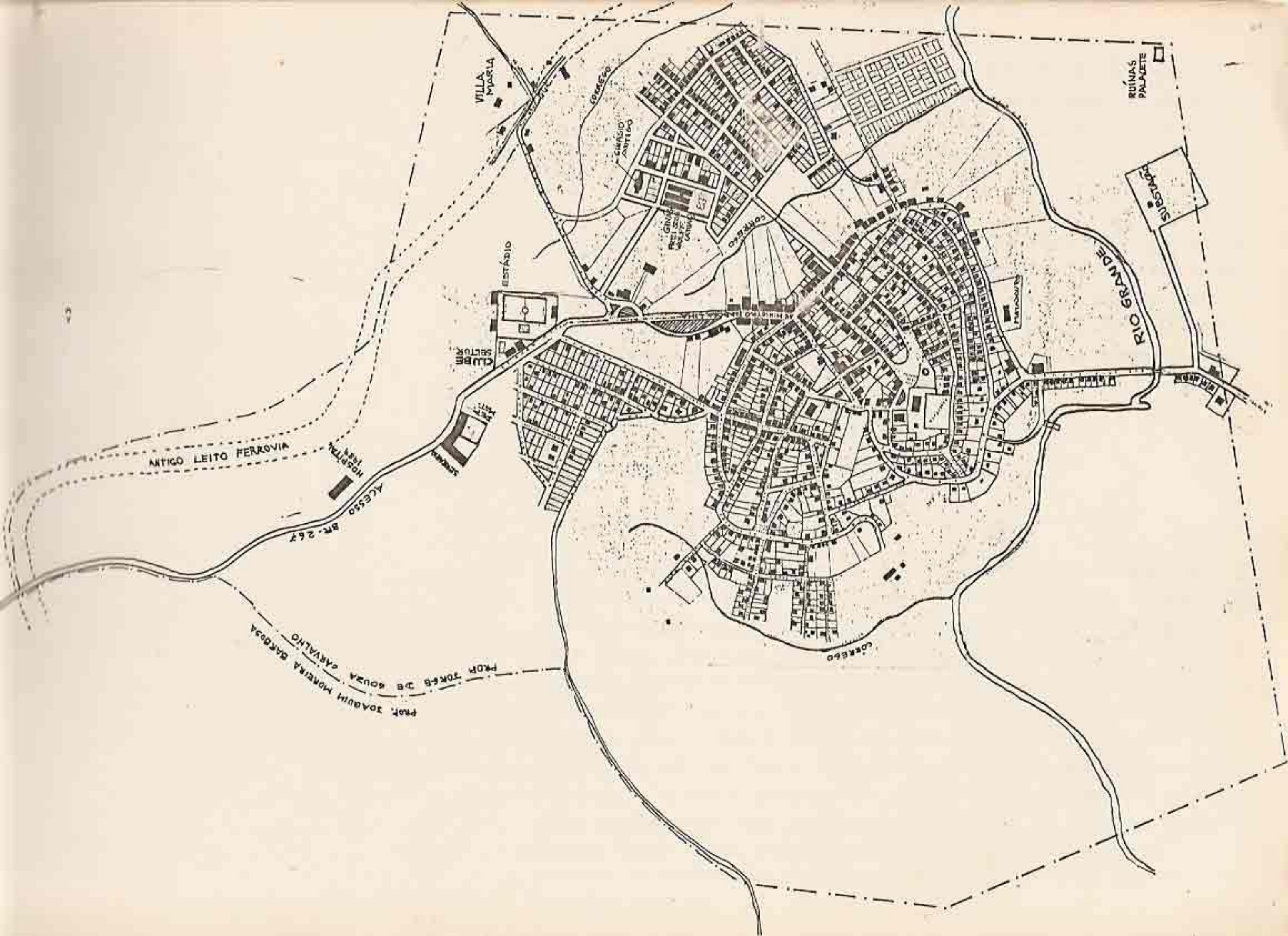
. 06/09/1976 ; O Sr. José Maria Vieira Pinto doa 5000 m2 de terras à prefeitura municipal de Liberdade e no dia 04/10/1976 a prefeitura doa o mesmo terreno ao estado para que nele fosse construído os prédios atuais do Ginásio Estadual Frei José Wulff.

. 28/01/77 ; A prefeitura aprovou a planta de loteamento do bairro Santa Rita De Cassia, onde se percebe a área destinada à prefeitura.

. 24/11/1980 ; O CREA aprova a planta do outro loteamento do Bairro Santa Rita, situado no morro do cruzeiro.

. 26/11/1980 ; Autorização para a construção de infraestrutura do bairro Santa Rita.

. Na entrevista realizada com o ex-prefeito, o Sr. Geraldo Magela de Barros Mendes, este informou-nos que as negociações sobre a viabilização do loteamento, envolveu somente a doação da área do Ginásio e que o proprietário não aceitou mais nenhuma outra condição. Está claro para nós que as preocupações do poder público, recaíram somente sobre a necessidade de dotar a cidade de mais uma escola. Assim, mais uma vez ficou prejudicada a qualidade do que se urbanizava. Fato esse, que



2 - A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL INICIAL DO POVOADO.

Pouco se sabe ainda dos pioneiros que chegaram ao local e que lá tenham fixado acampamento ou moradia, seja por curto espaço de tempo ou por longos anos. Ocorre o mesmo sobre a localização das moradias, de suas características e dimensionamento, bem como das "regras" que obedeciam para a sua fixação. No entanto, baseado em fatos e evidências locais, que chegaram até hoje, e ainda através do conhecimento de alguns aspectos de outras realidades semelhantes é que acreditamos que:

- Não existindo divisão e demarcação das áreas de sesmarias, aqueles que lá chegaram primeiro, ocuparam as áreas ao acaso na medida que iam encontrando o ouro. Assim devem ter sido construídos abrigos e residências "ombro a ombro" com as Casas de ouro, nas margens do Rio Grande que sempre estavam sujeitas a enchentes, mosquitos etc.
- Estes fatores naturais, existentes até hoje, devem ter imposto que as moradias mais fixas se deslocassem das margens para pontos mais favoráveis da encosta, não sujeitos a aquelas adversidades mas de fácil acesso às águas do rio, seja para sua exploração ou para as atividades domiciliares. Com certeza essas construções não tiveram nenhuma dificuldade de se fixarem onde quer que seja, pois como vimos, não existia nenhuma forma de parcelamento ou controle das terras naquele momento inicial.
- Constata-se que em todo o trecho do Rio Grande mais pròxi-

pode ser comprovado em planta onde se percebe a não existência nos dois loteamentos, de qualquer área mais digna pensada para uso coletivo,...Nenhuma praça, nenhum jardim, nenhum largo nenhum busto, nenhuma rua que trouxesse identidade e valorizasse o sentido coletivo daquelas áreas.

. Observação agora sob o ponto de vista da realidade que se implantou; a malha mais regular, a ortogonalidade e a maior racionalidade e padronização dos lotes significaram, não uma visão de mundo diferente e mais justo e nem uma nova concepção estética mais moderna e racional, mas sim a possibilidade de otimizar os ganhos particulares sobre a terra, através das crescentes necessidades do conjunto da população.

DA OCUPAÇÃO DO LOTE E DA ARQUITETURA:

Nos loteamentos executados nesse período :

. Permaneceu a solução de implantação das construções nos alinhamentos das ruas, com recuos de um ou dos dois lados. Poucas foram as construções que destinaram espaços a um jardim fronteiro, e quando ocorreram foram aquelas construídas por pessoa vindas de fora. Quando se construiu garagens essa situava na lateral, e quase sempre foram executadas num segundo momento. Os fundos dos lotes, ainda guardaram, de forma mais reduzida, os vestígios da cultura rural. No entanto, mesmo permanecendo o mesmo programa de necessidades do período anterior, a planta da casa trás agora dentro de si o banheiro, que normalmente situa entre as áreas de estar e a cozinha, ao contrário do período anterior onde no início estava separado da

casa (casinha) e depois agenciou-se a essa como sendo a última peça dos fundos. Nas plantas, permaneceu a solução de não usar o corredor para isolar as zonas mais íntimas da casa e sim a solução de dispor nas salas e nas cozinhas, as portas que levam aos quartos.

. Da volumetria das construções, constata-se o abandono geral dos partidos arquitetônicos anteriores. A casa se torna caixa, perde sua alegria no detalhamento e jogo de planos bem articulados dos telhados, se tornam efêmeras, sem simbolismos e sem nenhum recurso persuasivo de maior atenção ou significado.

AS TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

. Na corrida para construir com rapidez, muitas pessoas que por serem jovens ou por nunca terem construído antes , sem terem sido serventes ou oficial meia- colher, tornam-se da noite para o dia pedreiros e construtores. Assim, colaboraram para a perda de um domínio técnico no emprego das alvenarias de pedra e de tijolos. É conhecido na cidade o fato de que muitas construções desses loteamentos chegaram a desabar, antes mesmo de ter recebido o reboco.

. A melhoria dos sistemas de transporte, a chegada de pessoas de fora, a corrida em construir e a perda do domínio técnico' nos trabalhos de alvenarias, levaram ao uso indiscriminado do cimento e do ferro para tudo o que de mais modesto se construiu.

. A laje agora, sem impermeabilização, é telha, é forro, é calha, não isola o calor do verão e tão pouco o frio castigante das noites de inverno; as trincas e os reparos permanentes, vira

ram cultura dessa nova forma de morar.

. No ano de 1989, surgem na parte mais inferior e extrema do loteamento Santa Rita de Cassia um conjunto de casas, que do ponto de vista da ocupação do lote em nada difere das anteriores e da volumetria, a única registro que queremos fazer é que se reproduz em Liberdade o padrão já tão conhecido de casas populares financiadas pelo SFH, com telhados em duas águas e cobertura de telhas de fibro cimento. Casas pobres de significado é à espera de intervenções criativas de seus moradores.

DO PONTO DE VISTA DO RESTANTE DA CIDADE, PERCEBE-SE QUE:

A atenção maior do poder público recaem novamente na adequação e ampliação das infra estruturas urbanas:

- . 15/07/80; doação do terreno à COPASA e implementação do sistema de tratamento de água.
- . 27/03/81 conclusão-inauguração do acesso à BR-267
- . Setembro de 1981; calçamento das ruas que circundam a Matriz.
- . 23/07/82; Delimitação da zona urbana (extendendo-se agora no sentido da BR-267.
- . 12/08/82; Inauguração da COPASA.
- . 1983; Inauguração do novo grupo Prof. José Estevam.
- . 09/12/85; Doação da área do atual Clube Municipal ao Estado.
- . 19/05/86; Doação feita pelo Estado à prefeitura do antigo Grupo Ministro Barbosa Lima.
- . 1988; inauguração de luz elétrica em algumas comunidades agrícolas.

. 06/06/89; Compra pela prefeitura de toda a área do antigo leito da ferrovia.

. 2º semestre de 1989

+ Inauguração do sistema de torres de televisão.

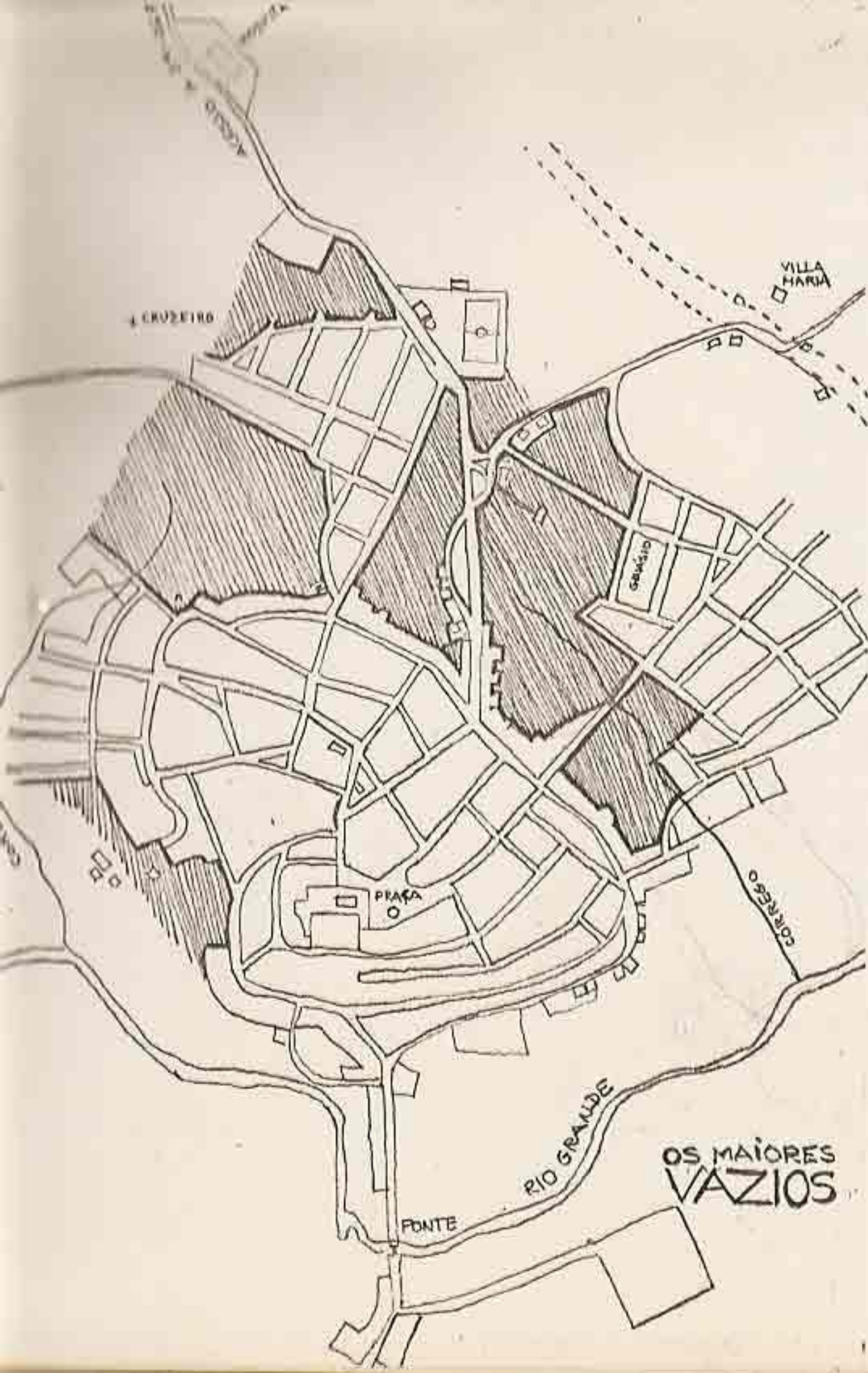
+ Inauguração do Clube (SELTUR).

+ Inauguração do novo Hospital de Liberdade.

Percebe-se que dos anos de 1987 em diante, as administrações sentiram a necessidade de adequar a cidade de espaços coletivos, no entanto, percebe-se que essa atitude atendeu a uma perspectiva imediatista, embasada em programas administrativos para incentivar um turismo efêmero de curto prazo, que só tem de mais concreto a tentativa de conquistas pessoais eleitorais, agora que a cidade está definitivamente relacionada em todos os sentidos com a região. Assim foi, que sem ter uma concepção maior do significado e necessidades de criar e destinar espaços públicos adequados ao coletivo da população, inaugurou-se Clubes e praças que são meros vazios ocorridos circunstancialmente na malha urbana da cidade e cujos projetos, sejam pelos seus desenhos, equipamentos e pela falta de maior visão histórica do passado e do futuro, estão fadados ao estrangulamento e não dignificam em absoluto as necessidades de uma gente que ainda não conhece em nenhum sentido o valor de um espaço comum.

. Verificamos que nesse período, surge na cidade um processo de substituição de antigas residências por edifícios de até quatro pavimentos, principalmente na Av. Ministro Barbosa Lima. Desse fato constatamos que, como antes, eles surgem gemina-





dos, sem recuos frontais, sem prever qualquer área de estacionamento. Assim, já se verifica em certos momentos a tendência ao estrangulamento do fluxo viário e os problemas de compatibilizar os usos, os fluxos de veículos e de pedestres. Percebe-se a falta de qualquer legislação que comece a disciplinar o uso do solo naquela área, medida essa que já se faz imprevisível.

Outro fato que acontece em Liberdade e que já é regra geral em quase todo o Brasil, é a existência de vazios urbanos, que são nada mais que especulações de valor, praticadas por poucos proprietários privados, sobre os investimentos e benefícios desenvolvidos e pagos pelo conjunto da população. Destaque se faz desses investimentos, às obras de infra-estruturas e serviços urbanos, que como vimos, historicamente foram as únicas a terem atenções do poder público da cidade.

CONCLUSÃO:

O trabalho que realizamos, tentando trilhar a história da urbanização de Liberdade, sob os aspectos que colocamos inicialmente, serviu para melhor compreendermos diversas questões relativas a esse processo. Assim abriu-se inúmeras portas até então não desvendadas, entre elas queremos apontar algumas que mais nos sensibilizaram como arquiteto, ou seja:

É preciso que não só compreendamos o processo de urbanização e os seus agentes, mas também que questionemos a qualidade dessa urbanização (urbanidade), afinal parece-nos óbvio que urbanizar significa aproximar e fazer conviver proximamente

te , pessoas que salvo suas diferenças culturais e econômicas , irão participar, partilhar, encontrar-se e conviver juntas, de um mesmo espaço. Assim parece-nos que a base da compreensão dessa urbanidade está na qualificação do destino, da articulação, da forma de resolução, e detalhamento dos espaços coletivos das cidades.

. Parece-nos que é necessário uma forma de educação política através da discussão dessa urbanidade, que seja feita não somente através das questões gerais dos grandes centros ou no âmbito de bairros, mas também a partir dessas pequenas cidades, até porque, na maior parte delas os ciclos de transformações são mais longos e assim permite corrigir eventuais falhas e intervir nas suas possíveis expansões.

. Por último, parece-nos que cabe a nós arquitetos, uma atenção maior às cidades de pequeno porte, onde não cabem as discussões já consagradas e polêmicas no âmbito de nosso urbanismo, sobre um planejamento integral ou sobre um desenho parcial da cidade, Assim, quem sabe não conseguiremos reaprender ou inovar nossas idéias sobre a destinação e resolução dos espaços das cidades.

BIBLIOGRAFIA (complemento)

Mota, Dantas; Elegias do País das Geraís (poesia completa)
José Olímpio Editora/Pró-Memória, R.J. 1988

Reis Filho, Nestor Goulart; Evolução Urbana do Brasil, EDUSP

Reis Filho, Nestor Goulart; Quadro da Arquitetura no Brasil.
Editora Perspectiva, São Paulo, 1970.

Campos Filho, Cândido Malta; Cidades Brasileiras: seu controle
ou o caos; Nobel; São Paulo:1989.

* Textos e anotações das aulas



SITIO NATURAL

--- CAMINHOS

••••• CASCALHO

--- ENCHENTES

LOCALIZAÇÕES
PROVAVEIS DAS
PRIMEIRAS
MORADIAS

mo à cidade, localiza-se enormes quantidades de cascalho (seixos rolados) que foram removidos do rio, e que denunciavam ter sido esse trecho de considerável produção de ouro, área essa como já foi citado, sempre sujeita a grandes enchentes e nos seus momentos de muito difícil transposição.

- Outro fator decisivo para as primeiras fixações nas encostas do morro, onde mais tarde será construído o edifício da primeira capela, é o fato de que nele estava situado o caminho conhecido historicamente na região, por onde se começou a transitar todos aqueles que, seja da região de Baipendi ou São João Del Rei ou ainda de São João Nepomuceno, queriam atingir o vale do Paraíba na região de Resende, uma vez que próximo a Bocaina de Minas a Serra da Mantiqueira apresentava ponto de mais fácil transposição.

- Nota-se que a parte urbanizada mais antiga de Liberdade está situada entre o Rio Grande, o antigo caminho e dois córregos que nascem nas encostas do morro que se situa internamente a estes fatos geográficos.

- Este morro possui, além de todas as relações favoráveis descritas anteriormente, altura mais baixa que seus vizinhos e ainda possui uma face menos íngreme oposta ao vale do Rio Grande, que fica assim protegida dos ventos frios de inverno. É nessa face que a cidade se desenvolverá inicialmente, e é no ponto mais alto desse morro que sendo privilegiado visualmente, podendo ser observado por toda a região, que se construirá o edifício da capela.

Podemos afirmar portanto que o sítio escolhido para os primeiros assentamentos teve todas as condições favoráveis.

para que o núcleo urbano se desenvolvesse, pois atendia às diversas necessidades então existentes.

OUTROS FATOS E OUTRAS HIPÓTESES SOBRE AQUELE PRIMEIRO MOMENTO:

- Sabe-se que houve grande liberdade e casualidade na fixação inicial das pessoas em toda a região, o que também ocorre a respeito do comércio e exploração do ouro. Assim, os caminhos que foram sendo estabelecidos serviram inicialmente como rotas de contrabando até atingir o litoral. Esta situação será combatida mais tarde pela corôa, através da vigilância constante das margens dos rios feita pelos alferes; como mostra a Sr^a Laudelina Marinho Nogueira em seu livro, Santa Rita de Jacutinga, quando relata que as vigilâncias sobre as margens do Rio Preto estava em 1781, entregue ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, que também percorria a região de Aiuruoca segundo os relatos de Dantas Mota colocados no texto de Hamilton Ribeiro para a revista Realidade; e ainda através das cessões de sesmarias em toda a região, como mostra o capítulo I (penetração do território) do livro sobre Santa Rita de Jacutinga:

O local onde se assenta a cidade de Santa Rita de Jacutinga pertencia às áreas do Sertão da Mantiqueira, cujas terras deviam continuar incultas, para evitar o extravio do ouro das Minas, para o litoral.

Nessa época distante, ocupava a alta administração, o sr. governador da Capitania de Minas Gerais, D. Rodrigo José de Menezes, com sede em Vila Rica. A 11 de junho de 1781, partiu o governador com seus acompanhantes, entrando nas grandes matas, foi abarrancar-se junto às margens do rio do Peixe —, hoje, Lima Duarte. As terras foram divididas às pessoas que ficaram no local. Notavam-se algumas veredas praticadas nos matos, pelos que faziam o contrabando do ouro e diamantes, burlando impiedosamente aos registros.